

JOSÉ PEDRO DE ASSIS

AUTORITARISMO E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÃO DO GOVERNO GEREMIAS
FONTES PARA O PROJETO EDUCACIONAL DOS MILITARES - 1967 A 1971

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FFP/2002

JOSÉ PEDRO DE ASSIS

AUTORITARISMO E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÃO DO GOVERNO GEREMIAS
FONTES PARA O PROJETO EDUCACIONAL DOS MILITARES - 1967 A 1971

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de pós-graduado em História do Brasil, pela Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik.

São Gonçalo/2002

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO I: Questões metodológicas	5
CAPÍTULO II: Trajetória política de Geremias Fontes	13
CAPÍTULO III: Autoritarismo, repressão e crescimento econômico	16
CAPÍTULO IV: Geremias e os militares	31
CAPÍTULO V: As realizações	37
CAPÍTULO VI: As Conquistas educacionais	40
CONCLUSÃO	47
BIBLIOGRAFIA	50

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho monográfico de conclusão do Curso de Especialização em História do Brasil, promovido pela UERJ- Universidade do estado do Rio de Janeiro. Inicialmente estaremos abordando alguns princípios que nortearam a pesquisa, no sentido da obtenção de maior rigor, na localização e análise das fontes. Em seguida faremos uma descrição da trajetória política do ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, Geremias de Mattos Fontes, bem como o contexto brasileiro, por ocasião do exercício do seu mandato, de 1967 a 1971. Essa análise contextualizada se mostrou de grande importância, no sentido de entendimento das razões que levaram o ex-governador a participar do projeto desenvolvimentista dos militares para o Brasil. Posteriormente estaremos abordando as realizações do Governo Geremias, em especial, no que diz respeito às Conquistas educacionais. Nosso objetivo é refletir sobre as alternativas possíveis para o desenvolvimento educacional, num contexto de restrições às liberdades democráticas. Utilizamos como fonte bibliográfica básica, as análises de Maria Helena Moreira Alves, Maria Celina D'Araujo e Thomas Skidmore. A pesquisa de fonte primária foi realizada com o auxílio do Anuário Estatístico do Brasil, do IBGE, do depoimento de Geremias concedido ao MEMOR- Instituto Gonçalense de Memória, Pesquisas e Promoções Culturais e entrevista de Zeyr de Souza Porto, a nós concedida e registrada em fita K7. Este último documento será doado ao MEMOR, para ser disponibilizado a pesquisadores interessados no assunto. O dimensionamento das conquistas educacionais foi realizado através do método comparativo, confrontando o desempenho do Estado do Rio de Janeiro, com os principais Estados da Federação, tais como São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

A realização deste trabalho foi possível graças ao incentivo de amigos, tais como a prof. Aida Faria, prof. Marcos Vinícius Varella e prof. Alessandra Novaes. Desejo manifestar meus agradecimentos aos professores do curso, sob a coordenação do prof. Gelson Rozentino e, em especial, ao prof. Dr. Luis Reznik, pela dedicação e empenho, nas atividades de orientação e elaboração da monografia. A estes professores atribuo os méritos deste trabalho. Desejo reverenciar Evadyr Molina, de saudosa memória, e Salvador Mata e Silva, professores e pesquisadores da História Gonçalense, pela inspiração, que me conduz e anima, no sentido de resgatar a memória dos gonçalenses, para que sejam úteis às gerações futuras.

CAPÍTULO I - Questões Metodológicas

O projeto inicial tinha a pretensão de realizar um trabalho biográfico do ex-governador Geremias de Mattos Fontes. Fomos, contudo, persuadidos da amplitude da proposta, por nosso orientador, Prof. Dr. Luís Reznik, em virtude do pouco tempo disponível, para a realização da monografia. Assim buscamos melhor situar nosso objeto de pesquisa, com base nas sugestões prestadas pelo Prof. Dr. Luís Reznik. Acordamos em concentrar os esforços na observação das relações do governo Geremias Fontes com o município de São Gonçalo, no que diz respeito aos investimentos destinados à sua terra natal. Estaríamos também fazendo um estudo comparado dos investimentos destinados aos demais municípios do Estado, o que permitiria dimensionar melhor, a participação de São Gonçalo, no âmbito das ações estaduais. Outro aspecto importante seria refletir sobre a relação do ex-governador com sua base eleitoral, num contexto em que as eleições para governadores eram indiretas. Tal proposta também mostrou-se inviável, pela falta de documentação oficial. Cerca de dez instituições de pesquisa foram visitadas, arquivos e bibliotecas, sendo que pouca ou quase nenhuma documentação foi encontrada. O único local não visitado foi a biblioteca da Fundação SIDE, instalada no Palácio Laranjeiras, que se encontrava fechada, em virtude das obras de reforma do arquivo. Assim, mais uma vez reformulamos os objetivos da pesquisa com base na documentação disponível, principalmente o Anuário Estatístico do Brasil, do IBGE. Este documento se encontra no Arquivo da Biblioteca Nacional, oferecendo inúmeras informações sobre o período em estudo. Decidimos então, com anuência de nosso orientador, concentrar nossa pesquisa nos avanços obtidos no governo Geremias Fontes, na área educacional, uma vez que o ex-governador ressalta que, de todas as obras por ele realizadas, as mais expressivas estavam no campo educacional. Dimensionar esses resultados passou a ser, então, o objetivo desse

trabalho, como contribuição ao desenvolvimento da História Fluminense, bem como, do município de São Gonçalo, através de um de seus mais expressivos filhos. Estaremos também refletindo sobre as condições políticas que levaram à indicação de Geremias, para chefiar o governo estadual, com aval dos governos militares, no poder.

As razões porque escolhemos o governo Geremias Fontes, como objeto de pesquisa, remetem-se a duas questões fundamentais: Primeiramente a pesquisa atende a uma necessidade pessoal, enquanto gonçalense por adoção, de oferecer nossa contribuição à construção da História Política de São Gonçalo. Em segundo lugar a pesquisa oferece-nos a oportunidade de refletir sobre as condições históricas que permitiram a concretização do golpe de 1964 e a sua manutenção por 2 décadas.

Neste trabalho partimos do pressuposto de que a participação de Geremias no governo estadual não se limita tão somente ao papel de “conciliador” de crises, mas que estava vinculada a um projeto, ainda que obscuro, da afirmação de ideários dos militares revoltosos. As hipóteses aqui estudadas buscam evidenciar a importância de Geremias no contexto político brasileiro, bem como do Estado do Rio de Janeiro, frente à crise institucional, que se abateu sobre o regime militar, nos dois últimos anos do governo de Castelo Branco. Outro aspecto a ser observado, enquanto hipótese, é que os índices de crescimento alcançados, na área educacional, representam o esforço do governo militar, em promover o desenvolvimento cultural brasileiro, em resposta às políticas implantadas anteriormente, tidas pelos militares, de “cunho socializante”, ou seja, comunista.

Em relação ao golpe de militar de 64 a pesquisa fundamenta-se na necessidade que temos de elucidar os meandros das análises, ainda não superadas, da participação dos agentes históricos, na efetivação do golpe e na sua manutenção. Como bem salienta Maria Celina D’Araújo “... muito ainda pode ser aprendido daquela experiência. Há quem afirme que o regime militar é coisa do passado. Mas precisamente investigar melhor este passado para entender encruzilhadas e perspectivas do futuro.”(Araújo, p.7). Acrescenta ainda, para contentamento nosso, que “o entendimento das razões que levaram ao golpe e à longa duração do regime militar é uma tarefa incompleta.”

Buscamos, neste trabalho, observar alguns cuidados básicos, relativos aos pressupostos teóricos. Procuramos nos orientar no sentido de alcançar maior rigor teórico, na pesquisa das fontes. Assim, em primeiro lugar, nos preocupamos em não utilizar

conceitos generalizantes, como também, tentar estabelecer uma linha de raciocínio linear, com o fim de ressaltar momentos evolutivos. Neste sentido, Michael Foucault assinala que a tradição histórica, que define como teleológica e racionalista, “... *tende a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal*”(Foucault, p.7). Ressalta a importância a importância de se atender às especificidades do fato histórico, no que ele tem de singular e único. Em seguida afirma que “*a história efetiva*” (*Wirkliche Historie*) *faz ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo*”(Foucault, p.8). É importante salientar que os pressupostos muitas vezes contidos na narrativa e na análise histórica, possuem um conteúdo de sentido histórico, como uma filosofia da história, como também de um determinismo histórico de origem a mais variada. Contrariando esses pressupostos Foucault salienta que “*as forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial: como também não têm o aspecto de um resultado. Elas aparecem sempre na área singular do acontecimento.*”(Foucault p.9). Este princípio norteia este trabalho no sentido de evitar conclusões do tipo que afirma a “vocaçãõ golpista dos militares” ou que o golpe militar foi “arquitetado” há muito tempo pelos militares, etc. A análise aqui apresentada procura dar conta dos elementos conflitantes, bem como as evidências das tomadas de posições e de ações, que determinaram os dominadores e os dominados. Assim é que analisamos o golpe militar não como uma ação pré-determinada. Mas tão somente, a reação e, os elementos outros, que permitiram o golpe e garantiram o seu funcionamento por longos anos. Foucault chama a atenção para o momento de estabelecimento dos poderes, do enfrentamento das forças em conflito. Nada é determinante. Nada é pré-determinado. Essa emergência, esse ponto de surgimento Foucault chama de “*Entstehung*”, que é a “*a cena onde eles se distribuem uns frente aos outros, uns acima dos outros: é o espaço que os divide e se abre entre eles, o vazio através do qual eles trocam suas ameaças e suas palavras (...) a emergência, designa um lugar de confronto: é (...) um ‘não-lugar’, uma pura distância, o fato que os adversários não pertencem ao mesmo espaço. Ninguém é, portanto, responsável por uma emergência; ninguém pode se auto-glorificar por ela; ela sempre se produz no interstício*”(Foucault p.10.). Posto isso, por que nos preocupamos, neste trabalho, com “vocaçãõ golpista”, “evoluçãõ de tramas”, etc.?

A busca por essa “história efetiva/” (Wirkliche Wistórie) acontece aqui, neste trabalho, com a valorização do acontecimento, neste caso, o golpe militar de 64. Buscar nele o que há de singular, único e irrefutável. Evitar as armadilhas que induzem à construção de tramas, bem elaboradas, estratégias “claras” e resultados pré-determinados. Talvez por isso Celina tenha preferido dar aos “jovens oficiais”, aqueles que não participaram diretamente do golpe, não foram seus protagonistas, a oportunidade de opinarem sobre o golpe. Em relação às armadilhas, Celina acrescenta que, os pesquisadores de modo geral, concentram suas atenções nos “generais de 64”, vendo neles, uma continuidade das ações dos militares na sociedade brasileira. *“O tenetismo e as suas tentativas anteriores de golpe foram vistos dentro de uma perspectiva de continuidade, identificando um grupo que se manteve dentro da corporação e que teria em 1964 realizado um velho projeto de intervencionismo direto”*(Araújo, p.10). Talvez o que estava por trás dessa interpretação seja a associação direta, por que não dizer, mecânica, dos valores e ideários dos “generais de 64” com os “antigos generais”. A tentação da continuidade! Por outro lado, as armadilhas que conduzem aos equívocos, dizem respeito também às “tramas” bem elaboradas e globalizantes. Assim os pesquisadores que enxergaram a “vocação golpista” engendraram também os conchavos “conspiradores”. *“Para estes, o golpe teria sido produto de um amplo bem-elaborado plano conspiratório que envolveu não apenas o empresariado nacional, e os militares, mas também forças econ micas multinacionais.”*(Araújo, p.16). Negar que existam grupos conspiradores seria uma tarefa difícil de comprovar. O depoimento dos “jovens oficiais” d o conta da presença de grupos insatisfeitos e opostos entre si, o que foi designado por Celina de “ilhas de conspira o” ou “conspira o multipolar”. Narram os episódios que antecederam o golpe e a sua consuma o numa perspectiva que se encaixam mais precisamente na metodologia de Foucault, no que se refere ao estabelecimento dos poderes, do enfrentamento das forças em conflito, que chamou de “Entstehung”. Assim os depoentes falam do golpe *“como resultado de a o es dispersas e isoladas, embaladas, no entanto, pelo clima de inquieta o e incertezas que invadiam a corpora o.* (grifo nosso - Araújo, p. 16). As fo as que se encontram na posi o do enfrentamento nada possuem de certo, de determinante.   o vazio no qual as ameaças são trocadas, donde aparece o fato, a emergência, o interstício.

Outro aspecto significativo da metodologia de Foucault, aplicada à realidade brasileira, e ao golpe de 64, diz respeito à eficácia do poder. Esse poder que se instala com vista ao adestramento dos corpos com o fim de se tornarem corpos úteis, produtivos. Talvez por isso os depoentes, contemplados por Celina, tentam fundamentar o golpe no apoio da sociedade civil, nos empresários e na classe média. *“O golpe não foi desejado apenas pelos militares: para muitos depoentes, ele foi também pedido e apoiado por setores da sociedade civil, assustados com a possibilidade de a esquerda tomar o poder no país. Igreja, empresários e classe média teriam sido cúmplices do golpe”*.(Araújo p. 14/15). O fato de setores expressivos da sociedade civil organizada terem apoiado o golpe, como foi o caso da OAB, Igreja, Imprensa, etc. evidenciavam que, de algum modo, havia uma base de consenso na sociedade, ainda que de forma não muito estruturada. As razões desse apoio, imediato ainda precisam ser melhor analisadas. Talvez fosse oportuno refletir sobre a presença de valores ameaçados (hierarquia, e disciplina) não apenas no âmbito das organizações militares, mas também dentre as organizações civis e o universo mental do povo brasileiro. Este assunto, embora significativo, não poderá ser tratado nesse trabalho devido a sua magnitude. Vale a pena, contudo, registrar a posição favorável ao golpe, por parte de segmentos expressivos da sociedade brasileira. Skidmore informa que *“a revolução de 1964 foi entusiasticamente festejada pela maior parte da mídia brasileira. Jornais importantes como o Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Globo, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo pugnavam abertamente pela deposição do Governo Goulart. Não ficava atrás em sua posição a cadeia de revistas, jornais e estações de rádio e TV dos “Diários Associados”*. Salienta que *“o único jornal importante que combateu o golpe foi o Última Hora, cujo diretor e fundador, Samuel Wainer, teve de fugir.”* ressalta ainda que *“o Conselho Federal da OAB ‘bateu palmas’ à deposição de João Goulart”*.(Skidmore p. 63). Também a Igreja Católica: *“em manifesto de 26 de maio um grupo de bispos influentes elogiou o golpe notando que ‘as forças armadas intervieram a tempo de impedir a implantação de um regime bolchevista em nosso país”*. (Skidmore p. 63/64).

O relato acima expressa bem a existência de algum consenso, em relação ao golpe militar. Celina enfatiza os aspectos ameaçadores da unidade militar, os valores da hierarquia e disciplina. O que, no entanto, fundamenta os receios dos setores organizados da sociedade civil? Além dos valores tão caros aos militares, podemos arrolar também, do

ponto de vista dos empresários e da classe média, a ameaça à ordem econômica, das greves, das campanhas salariais, do embate das forças conflitantes do capital e do trabalho, a questão da terra, etc. Goulart era visto, pelas elites, como alguém que se aproximava mais dos trabalhadores urbanos e rurais, um político do tipo “populista”. A Igreja, por outro lado, se deixa envolver sempre pelas ameaças das idéias comunistas, contrárias à religião e ao sustentáculo da mesma, a família. Embora o golpe tenha sido concretamente de maneira desarticulada e imprevista, aos militares foi dado o papel de “salvadores da pátria”, após a tomada do poder. Celina ressalta muito bem os valores militares ameaçados. Uma vez, de posse do poder, os militares não somente visaram sanear e “purificar” a instituição, como também, a sociedade civil, em nome da ordem social e do desenvolvimento econômico e social. Neste ponto convergem dois elementos: o consenso e a cação. O primeiro serve de fundamento para a realização do segundo, confirmando o princípio metodológico de Foucault de que o poder se fundamenta no consentimento, e que, possui o lado negativo e o lado positivo, com vista ao controle dos indivíduos, para atender às exigências, ao mesmo tempo econômicas e políticas. O primeiro lado do poder é caracterizado pela repressão, para fazer calar a dissidência. É o lado negativo do poder. O segundo lado é relativo ao sentido de adestramento, que busca difundir sua ideologia no corpo social, visando a participação voluntária e produtiva. Em última instância, a finalidade do poder é atender às exigências produtivas, no sentido da ordem econômica e social. Em sentido amplo, o golpe interessaria também aos grupos dominantes, no sentido da manutenção ou reordenamento do sistema produtivo. Talvez isso explique o apoio imediato de setores da sociedade civil ao golpe. Nesse sentido Foucault afirma que as funções estratégicas do poder visam controlar os indivíduos *“em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuindo sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política”*. (Foucault, p. 13).

Parece claro que os militares perseguiram esse objetivo, em relação aos esforços pela manutenção do poder, tendo em vista que o período estudado corresponde ao acirramento das contradições do trabalho. A passagem de um modelo preso à noções de “nacionalismo” para uma concepção “internacionalista” do trabalho. De fato, os militares levantaram a bandeira de abertura da economia para o mercado internacional, que os economistas chamam de “internacionalização da economia”.

A manutenção e eficácia dos ideários militares, bem como, a sua longa duração, prescinde do jogo de forças favoráveis ao consenso. Refletir sobre as causas que fundamentaram a eficácia da manutenção do golpe, precisam ser localizadas para além dos interesses e preocupações da caserna. O papel da sociedade civil é fundamental para o entendimento da questão. Celina mostra que o golpe de 64 está vinculado às incertezas que inquietavam a caserna, relativas aos valores militares ameaçados - a hierarquia e a disciplina. Uma vez concretizado o golpe, favorável aos militares, o desenrolar dos acontecimentos conduzem à tomada de posição, por parte da sociedade civil. Daí por diante os conflitos, as divergências, e os anseios, em relação aos acontecimentos futuros, deitam raízes no corpo social. A ameaça aos princípios militares que intranquilizava a caserna, pós 64, agita a sociedade como um todo, levando ao posicionamento favorável ou não à intervenção militar. Esta polarização estabeleceu os militares “moderados”, os de “linha dura”, os políticos “governistas” e os de “oposição”, a ala “progressista” da Igreja e a “conservadora”, os empresários “nacionalistas” e os “internacionalistas”, os cidadãos “moderados” e os “radicais”, etc. Os indivíduos e os grupos que se posicionavam a favor do governo militar buscavam eliminar a divergência, no sentido do adestramento do corpo social, visando a manutenção e/ou o reordenamento do sistema de produção, dentro do enfoque apresentado por Foucault.

A postura metodológica que perseguimos (*Wirkliche Historie*) em segundo lugar, visa aos acontecimentos políticos que levaram a indicação de Geremias Fontes para o governo estadual. Privilegiar os acontecimentos para localizar neles o momento em que surge a indicação. Observar o momento crítico que se encontrava o governo de Castelo Branco, em relação a outros protagonistas do golpe, que desejavam ver aniquilados os adversários da situação militar. Assim, torna-se fundamental o período que vai da criação do AI3, até as eleições indiretas do governo estadual, em 1966. Por outro lado, as

conquistas obtidas no governo de Geremias Fontes podem evidenciar os cuidados dos governos militares, em relação ao Estado do Rio de Janeiro, no sentido de impedir os avanços da oposição, com resultados econômicos e sociais. Esta perspectiva valoriza a participação de Geremias, no projeto do desenvolvimento dos militares, deixando de ser apenas um momento transitório, da política autoritária e desenvolvimentista dos militares no poder.

Finalizando, ratificamos a compreensão que temos da política, num sentido abrangente, não somente como derivada das ações emanadas do Estado e seus aparelhos de representatividade. É preciso pensar a política como uma ação de resultados conflitantes, que se desenrolam no corpo da sociedade, para onde as estratégias do poder se orientam, para estabelecer novas formas de ordenamento da produção e da vida social.

CAPÍTULO II - Trajetória política de Geremias Fontes

Geremias de Matos Fontes nasceu em 28 de janeiro de 1930, numa localidade denominada Meia Noite, no 2º distrito do município de São Gonçalo. Casado, pai de sete filhos, advogado, evangélico e político. Alcançou o mais elevado posto da política fluminense, governador do Estado, sendo, portanto, o mais ilustre político gonçalense. Sua presença ainda se faz sentir, como representante do influente e expressivo “Grupo Lavoura”, no cenário político gonçalense, embora ausente dos palanques e da administração municipal.

As primeiras experiências políticas de Geremias aconteceram na Associação Gonçalense de Estudantes, instituição fundada por Francisco Pires. Geremias foi seu primeiro presidente. Na Associação, Geremias participou de inflamados debates, que popularizavam os “democratas” (assim Geremias se expressa em relação ao grupo do qual fazia parte) contra os comunistas, liderado por Armandinho.

O convite para ingressar na vida pública veio da parte de Egílio Justi. Geremias tinha apenas 19 anos e, mesmo se eleito, não poderia assumir o cargo de vereador. A aliança com Joaquim Lavoura, o mais importante político gonçalense, se dá por ocasião do pleito eleitoral municipal. Postulando a vaga para concorrer ao cargo de prefeito, Lavoura rompe com seu partido, PST, levando atrás de si muitos correligionários, dentre eles, Geremias. Lavoura ganha a eleição e nomeia Geremias para secretário. Surge assim a dobradinha histórica que fez jus ao ditado, muito popular, em São Gonçalo: “Geremias na caneta e Lavoura na picareta”. Em seguida Lavoura patrocina a candidatura de Geremias à prefeitura, tendo como vice, Manoel Pereira Gomes. Geremias ganha a eleição com o apoio do PSP, de Ademar de Barros, PTN, e outros partidos. Governa São Gonçalo no período de 1958 a 1962. No fim de seu mandato Geremias concorre ao pleito de deputado federal. É

eleito com 30 mil votos, sendo 20 mil computados em São Gonçalo. Desembarca em Brasília em fins de 1962.

Com a criação do Bipartidarismo - MDB e ARENA - Geremias opta pelo partido do governo militar e alcança o posto de presidente da ARENA Fluminense. A disputa pela direção do partido envolveu Geremias e Calipso de Oliveira, de Petrópolis. Havendo empate técnico, Castelo Branco tomou para si o direito de escolha, que recaiu sobre Geremias.

O próximo passo, carreira política de Geremias, foi sua indicação para concorrer ao posto de governador do Estado do Rio de Janeiro, pela ARENA. Geremias conta-nos, em seu depoimento concedido MEMOR, que os nomes dos pretendentes tinham que ser submetidos, primeiramente, ao SNI. Relata que foram apresentadas três listas de candidatos, sendo todas rejeitadas. Na primeira lista foram rejeitados quatro postulantes; na segunda dois e na terceira foram rejeitados dez nomes, evidenciando a existência de uma crise interna no governo militar. Mais uma vez Castelo Branco toma a si a prerrogativa da indicação. Escolheu inicialmente Pedro Kelly, mas não teve êxito, devido a discordância de Paulo Torres, ocupante do cargo de governador, na ocasião. Castelo então lança mão de seu segundo nome, Geremias, aceito como nome de consenso, após acordo estabelecido por Castelo com os grupos dissidentes, liderados, de um lado por Paulo Torres e de outro por Raimundo Padilha. Geremias governa o estado do Rio de Janeiro no período de 1967 a 1971. Ao final de seu governo abandona a política, para nunca mais retornar aos palanques eleitorais, em São Gonçalo, tampouco, no Estado do Rio de Janeiro.

Em seu depoimento ao MEMOR Geremias faz um balanço de suas principais realizações como prefeito, deputado federal e governador. Lembra a instalação do Pronto Socorro de São Gonçalo, com cinco ambulâncias; a desapropriação de um terreno para construção imediata do cemitério de São Gonçalo, onde foram enterradas vítimas do incêndio do Grande Circo Americano em Niterói; a duplicação da Via sete Pontes; a construção da fonte luminosa na Praça Estephania de Carvalho, mais conhecida como Praça Zé Garoto. Como deputado federal fala sobre a luta pela criação do Porto de Neves e da Universidade em São Gonçalo, ambos projetos não realizados. Como governador do Estado ressalta a recuperação financeira do Estado; o pagamento dos salários atrasados; a cobertura asfáltica da Via Porto Velho; a construção de Centros de Saúde em Alcântara, Portão do

Rosa, Santa Izabel, várias escolas e o viaduto de Alcântara. No âmbito do Estado informa que criou o serviço médico volante: 70 ambulâncias, inicialmente, depois 100, percorrendo os municípios do Estado com médicos e enfermeiros, atendendo a população carente; distribuição gratuita de remédios; levantamento técnico das condições do solo para dar subsídios aos produtores rurais; ampliação do presídio do Rua São João, em Niterói. Contabiliza a construção de quase 4 mil salas de aula em todo Estado; a ligação energética com o sistema de Furnas, interligando Teresópolis, Friburgo e outros municípios da Região Serrana com a Região dos Lagos e o Norte Fluminense; a unificação das pequenas centrais elétricas espalhadas pelo interior; a ampliação de recursos no Colégio Henrique Lage, em Niterói, centro de referência do ensino profissionalizante; realização de festivais de música, poesia, teatro, etc. tão em voga, naqueles anos. Em seu discurso de transferência do cargo, em 15 de março de 1971, afirma que, de todas as suas obras, a mais expressiva estavam no campo da educação. O dimensionamento das conquistas educacionais será objeto do trabalho, ora apresentado.

Em seu depoimento ao MEMOR, Geremias fala também dos motivos que o levou a tomar a decisão por sair da política. Menciona dois fatores: o 1º diz respeito às condições das campanhas políticas, naquele momento. Ressalta o peso dos fatores econômicos que acabavam por conduzir o candidato para a esfera de influência de grandes empresários e poderosos grupos financeiros. Este fato deixa a entrever o peso das negociatas entre os integrantes da classe política, uma vez que as eleições, para o executivo estadual, eram feitas de forma indireta. O 2º fator diz respeito à família: um de seus filhos tornou-se dependente químico, motivando-o a dedicar-se integralmente à família, em momento tão difícil. Assim, a retirada da vida pública marca também, uma nova missão na vida de Geremias: o surgimento da Comunidade S8, instituição dedicada à recuperação de dependentes químicos, em 22 de setembro de 1971. Nos dias atuais Geremias se dedica a uma vida simples, voltada para a família e a religião, embora não tenha deixado de ser referência para muitos políticos gonçalenses, especialmente para os integrantes do importante “Grupo Lavoura”.

CAPÍTULO III - Autoritarismo, Repressão e Crescimento Econômico

Quando os militares tomaram o poder, em 64, o país passava por uma crise, sem precedentes, de credibilidade política. Jânio Quadros havia sido eleito Presidente da República com a expressiva preferência do eleitorado. Alcançou 48% dos votos, derrotando seu opositor, Marechal Henrique Teixeira Lott, com a diferença de 1.800.000 votos. A população saudava, com entusiasmo, sua intenção de limpar as sujeiras da administração pública, com sua “vassourinha”. As elites empresariais e os militares de alta patente, estavam entusiasmados com suas idéias contrárias ao comunismo internacional e à aproximação com o capital norte-americano. A política externa de Jânio, contudo, era de independência, em relação aos países do bloco capitalista, liderados pelos Estados Unidos. Jânio procura romper o elo de dependência do Brasil, com os EUA, se aproximando da China e da União Soviética. A política de aproximação com os países comunistas foi realizada com visitas e cortesias diplomáticas. A condecoração de “Che” Guevara faz acirrar a antipatia de seus antigos aliados, liderados por Carlos Lacerda. Este acusa Jânio de abrir as portas do país para o comunismo, forçando sua renúncia em 25 de abril de 1961, seis meses após a posse. Mais uma vez o fantasma do comunismo está no meio de uma crise política brasileira. Geremias acompanha com apreensão os fatos, conforme relata em seu depoimento ao MEMOR. Lembra as “pavorosas notícias” de que Julião e seus trabalhadores rurais se dirigiam a Brasília. Recorda lembranças da juventude de seus embates com os comunistas, na Associação Gonçalense de Estudantes, liderados por Armandinho. As perseguições aos integralistas, por ocasião da ditadura getulista. A questão vai se complicar ainda mais com a renúncia de Jânio, uma vez que seu vice, João Goulart, não era bem visto pelas elites políticas. O fato de estar em visita oficial à China torna a

situação mais crítica ainda. Não obstante às oscilações, Goulart toma posse em setembro de 1961 e tem reforçado seu prestígio com a recusa popular do sistema parlamentarista, através do plebiscito em 1963. Assim Jânio pôde impor seu estilo nacionalista e reformista, com o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por seu ministro do planejamento, Celso Furtado. As propostas contidas no plano apresentado por Goulart vão colocar ainda mais “lenha na fogueira”: além das metas de redução da dívida externa e de manter o desenvolvimento econômico, o plano previa, também, medidas para promover a distribuição de terras aos camponeses e a encampação das refinarias particulares de petróleo. As elites políticas e empresariais brasileiras interpretaram tais medidas como socializantes, ou seja, de inspiração comunista. A situação se agrava com manifestações populares de apoio às propostas de Goulart, para forçar a aprovação das mesmas, pelo Congresso Nacional. O grande comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1964, vai precipitar as ações no sentido do afastamento definitivo do Presidente. No dia 31 de março de 1964, eclode o movimento militar em Minas Gerais, resultando no golpe militar. Os militares assumem o poder, com o afastamento de João Goulart. A intervenção militar foi saudada com entusiasmo por industriais, banqueiros, fazendeiros, grandes comerciantes e parcelas da classe média brasileira. Algumas instituições representativas da sociedade civil organizada logo manifestaram seu apoio ao golpe, através da imprensa, tais como o Conselho Federal da OAB e a Igreja Católica. (cf. Skidmore - op. cit. P. 63/64). O apoio imediato desses órgãos pode ser analisado a partir das medidas contidas no Plano Trienal de Goulart, especialmente as denominadas Reformas de Base. Essas últimas tinham por finalidade o combate à inflação, promover o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida dos camponeses e trabalhadores urbanos. Tais medidas tocava pontos sensíveis da estrutura econômica de então, relativos ao controle da terra, do sistema bancário, tributário e eleitoral. Por outro lado, os grupos favoráveis às reformas, militantes de esquerda e nacionalistas, logo perceberam as dificuldades de obter a aprovação do Congresso, para as reformas. A solução foi promover manifestações públicas para pressionar os senadores e deputados a votarem a favor do Plano Trienal. Essa estratégia foi levada a efeito pelas centrais sindicais, pela UNE e as ligas camponesas. Em 1963 o país está mergulhado numa crise política, carente de algum tipo de decisão. Enquanto isso, dentro das Forças Armadas imperam forças contraditórias, dividindo a

opinião dos oficiais e praças. Havia um sentimento de descontentamento, que os líderes militares interpretavam como resultado da penetração das idéias comunistas, no interior da corporação militar. Esse sentimento foi alimentado pela Revolta dos Sargentos do Exército, em setembro de 1964. O apoio declarado de Goulart aos revoltosos, deixou claro, aos líderes militares, a necessidade da intervenção para salvar as Forças Armadas. Havia, contudo, muita indecisão, por parte das lideranças militares. Alguns militares eram francamente legalistas, defensores do respeito às normas democráticas. Assim é que o golpe de 64 é visto, por depoentes militares, como algo desarticulado e imprevisto. Os “jovens oficiais” entrevistados por Celina concordam que *“os conspiradores foram surpreendidos pela ação individual dos generais Olímpio Morão Filho e Carlos Luís Guedes, que iniciaram o movimento em Minas Gerais no dia 31 de março, sem qualquer combinação prévia com os outros conspiradores.”* (Araujo, p. 17). O fator surpresa talvez explique o ato “irrefletido” de grupos expressivos da sociedade civil organizada. O fato é que *“... rapidamente a situação foi definida em favor dos conspiradores. A velocidade desses acontecimentos foi maior do que supunham os dispositivos militares do presidente Goulart, mas foi, mais rápida do que imaginavam os próprios conspiradores.”* (Araujo, p. 18). Não houve qualquer reação que conduzisse ao confronto armado com os revoltosos. Assim forjou-se uma aliança civil-militar de forma “espontânea”, no calor dos acontecimentos. Para Maria Helena, essa aliança foi possível pela conjugação de elementos comuns, naquele momento, entre os receios de uma política vista como socializante e os elementos ameaçadores de valores militares, contidos na Doutrina de Segurança Nacional: a contenção do avanço do comunismo. Essa combinação de interesses permitiu a efetivação do golpe e a construção de um Estado autoritário. Ressalta contudo, que *“... a efetiva edificação do estado de Segurança Nacional resulta de um confronto dialético com a oposição. Foi um processo contínuo de reformulação e normas de expansão da abrangência do poder coercitivo”*. (Alves, p. 53). Maria Helena evidencia também o caráter insipiente dessa aliança civil-militar, com vista a construção de um Estado antidemocrático, repressor e antinacionalista. Estabelece, inclusive, o dia 09 de abril de 1964, data de edição do Ato Institucional nº 1, como sendo o marco do rompimento da coalizão civil-militar. Ressalta o caráter imprevisto das medidas de exceção do novo governo: *“... como a doutrina (de Segurança Nacional) não era amplamente conhecida do*

público na época, o Ato Institucional surpreendeu os que haviam apoiado a intervenção dos militares na crença de que sua intenção era restaurar a democracia". (Alves, p. 54). Lembra inclusive que a imprensa de imediato passa a condenar os atos do governo, para evidenciar os laços frágeis da aliança civil-militar. A evolução dialética Estado/oposição é que vai determinar, cada vez mais, o caráter excepcional do governo militar, no sentido de conter os elementos discordantes.

Do lado dos militares Celina ressalta o que estava em jogo, naqueles anos do governo de João Goulart. Salienta o fato de que havia um sentimento, presente entre os líderes militares, de ameaça à ordem e à unidade das corporações militares. Um sentimento de que os valores tão caros aos princípios de organização e funcionamento dos quartéis estavam sendo desrespeitados. Os "jovens oficiais" concordam que *"a situação tornou-se intolerável para os militares quando a subversão invadiu a caserna, atingindo as Forças Armadas em dois fundamentos básicos: a hierarquia e a disciplina. Esta é apresentada como uma das razões mais importantes para o golpe, para alguns, por si só decisiva para explicá-lo"*. (Araujo, p. 12). Outra questão apontada por Celina diz respeito a criança muito enraizada entre os militares relativa a ameaça comunista. O fato de que as idéias comunistas teriam sido introduzidas na corporação militar e avançado pela sociedade, e que o golpe militar de 64 teria sido um claro sentimento de auto defesa por parte dos grupos que depuseram o governo Goulart. (cf. Araujo, p. 14). Ainda em relação ao sentimento anticomunista Celina chama a atenção para a outra questão fundamental, a Unidade das Forças Armadas. Afirma que *"se, em 64, foi imprescindível conter o comunismo para preservar a instituição militar, uma vez no poder tornou-se igualmente necessário conter os duros para garantir a unidade militar. Tanto a entrada dos militares no governo, a partir de uma conspiração espontânea e mal-articulada, quanto sua saída foram ditadas por esse princípio maior da unidade: a entrada em 64 foi rápida para garantir a unidade diante da possibilidade de uma guerra civil, mas a saída foi demorada para garantir essa mesma unidade diante das ameaças dos radicais de direita."* (Araujo, p. 20).

A consolidação do Estado de Segurança Nacional estava articulada a dois fatores imprescindíveis: a institucionalização do regime e a eliminação do "inimigo interno". Desde logo ficou claro para os líderes militares a necessidade de estabelecer mecanismos de legislação política, para atender as exigências internacionais e a contenção ou

aniquilamento dos fatores de desagregação da unidade das Forças Armadas, o “inimigo interno”, ou seja, a ameaça comunista, tão bem elaborada pela Doutrina de Segurança Nacional. Assim é que, tão logo os militares assumem o poder, realizam um esforço no sentido de legitimação do golpe, para garantir a implantação de medidas de contenção da “desordem” e promover o crescimento econômico. Na manhã de 2 de abril de 1964, no Congresso Nacional, “o alto Comando da Revolução deu a público uma série de declarações anunciando o programa do novo governo. A Junta Militar prometia “restaurar a legalidade, reforçar as “instituições democráticas ameaçadas”, restabelecer “composição federativa da nação”, (...) sobretudo “eliminar o perigo da sublevação e do comunismo”, e punir os que, no governo, haviam enriquecido pela corrupção”. (Alves, p.52) . O governo busca manter a aparência de democracia, com a manutenção do Congresso, mas atrai para si, as prerrogativas de poder de exceção, praticadas pelos sucessivos governos militares, através dos Atos Institucionais e Complementares, são analisados por Maria Helena, na ótica da relação dialética Estado/oposição. Medidas que visavam a manutenção dos ideários dos militares no poder, sob orientação da Doutrina de Segurança Nacional. Essas medidas garantiram as condições para viabilizar os programas previstos pelos militares, para solucionar os problemas da nação. Para tanto, era necessário controlar o poder Legislativo e Judiciário, a nível federal, estadual e municipal. Assim o Ato Institucional no. 1 cassou mandatos e direitos políticos de expressivos líderes, tais como ,Jânio Quadros, João Goulart, Juscelino Kubitschek, Brizola, Arraes, Prestes, lideranças sindicais e intelectuais. O AI No. 2, editado em 1965, extinguiu os partidos políticos, adotando o bipartidarismo. No preâmbulo do AI No. 2 o governo militar declara que “democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação”. (Alves,p.91). Evoca para si a prerrogativa que legitima a “revolução”, quando declara que “não se pode desconstruir a Revolução, implantada para restabelecer a paz, promover a honra nacional”. (Alves, p.91) Essa postura é continuação da visão presente no AI No. 1, quando a Junta Militar afirma que “a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional resultante do exercício do Poder /constituente, inerente as revoluções, a sua legitimidade”. (Alves, p.53)

O AI No. 2 tinha em vista o aniquilamento da oposição, que alcançou vitórias em vários Estados da Federação, em 1965. Na Guanabara venceu Negrão de Lima e em Minas

Gerais, Israel Pinheiro. O Artigo 16 visava eliminar os militantes políticos e sindicalistas. Todos os que representavam ameaça para o Estado de Segurança Nacional. (Alves, p. 93) Outras medidas surgiram sempre que uma situação se revelava ameaçadora da "ordem" e da "segurança interna". Foi o caso do AI No. 3 que estabeleceu eleições indiretas para os Estados e a indicação de prefeitos para municípios considerados de segurança nacional. A Constituição de 1967 institucionaliza a eleição indireta para Presidente da República e a concentração de poderes no executivo, em detrimento do Legislativo e do Judiciário. O processo de institucionalização do regime culmina com o AI No. 5, em 13 de dezembro de 1968. O AI No. 5 foi editado em resposta aos protestos de estudantes e grupos de esquerda, além de manifestações sindicais e a greve dos trabalhadores de Contagem, em Minas Gerais, seguidos das paralizações em Osasco, São Paulo. A oposição ao regime militar ganha vulto, no Rio de Janeiro, com a participação efetiva dos estudantes, sindicalistas, a imprensa e o apoio firme da Igreja Católica. Em Brasília, a frente de oposição parlamentar também ganha força. Sua ação será ainda mais contundente com a repercussão do discurso do Deputado Márcio Moreira Alves, instando a população a boicotar as comemorações do 7 de setembro. A resposta do governo militar será, então, a decretação do AI No. 5. Com isso fica consolidado a institucionalização do regime, configurando, definitivamente, a ditadura militar no Brasil.

A outra face do projeto político dos militares, e, em decorrência do primeira - a institucionalização do regime - estava relacionada com os expurgos, para aniquilar aqueles que se opusessem aos planos do governo militar, por eles designados de "inimigos internos". O AI No. 1 vai oferecer a base "legal", através do Artigo 8o. Este estabelecia que inquéritos e processos seriam instaurados "visando à apuração da responsabilidade pela prática contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de Guerra revolucionária". (Alves, p.55) Assim foi possível ao governo instalar os IPMs - Inquéritos Policial-Militar que via atingir indivíduos e grupos de opositores. "O Artigo 10 autorizava a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão, por período de dez anos". (Alves, p. 55) Castelo Branco, na presidência da República, dá prosseguimento ao processo de intimidação da oposição, através do decreto de 27 de abril de 1964. Nele os funcionários e militares de todos os níveis estavam sujeitos à investigação, para identificar atividades "subversivos".

Era a busca de segurança absoluta, com a eliminação total do "inimigo interno".(cf. Alves, p.56) Os IPMs fizeram surgir a figura temível dos coronéis militares, comandantes dos inqueritos. Estes não possuíam qualquer critério para executar julgamento. Via de regra os critérios eram estritamente pessoais, utilizando, como base de prova, noções como "a opinião pública". (cf, Alves, p.30). A "operação limpeza", era outro mecanismo utilizado para eliminar os cidadãos envolvidos com o governo Goulart, membros dos partidos de esquerda, líderes sindicais, estudantes, intelectuais e militantes católicos leigos. (Alves, p. 59). Os desmandos e as perseguições dos coronéis, levaram o governo a uma profunda crise, envolvendo os principais líderes do golpe num impasse, acerca dos rumos da "revolução". De um lado os militares moderados, reivindicando medidas de liberalização política. De outro lado, os de linha-dura, defendendo o fechamento do regime com mais medidas de exceção. Queriam, inclusive, o compromisso do presidente no sentido de cancelamento das eleições de 1965. Castelo se posiciona a favor da manutenção do pleito, contrariando os coronéis de linha-dura. Estes acusavam o presidente de negligenciar os compromissos com a manutenção da segurança interna. (cf.Alves, 84). Os processos de "varredura" usavam como justificativa de suas ações, o combate ao "inimigo interno" e a infiltração de idéias comunistas nos quartéis e na sociedade civil. Logo as denúncias de abuso do poder e torturas chegam ao conhecimento público, através da imprensa, especialmente o Correio da Manhã, onde atuava o jornalista Márcio Moreira Alves. Este inclusive publica um livro denominado "Tortura e Torturados, em 1966, onde denuncia as arbitrariedades do governo. Maria Helena lembra que já em 1964 a imprensa denunciara os crimes de torturas e perseguições políticas do governo militar. Acrescenta que a campanha da imprensa, naqueles primeiros meses do golpe, representou o "primeiro exemplo de um movimento organizado de oposição da opinião pública, suficientemente forte para impor modificações nas estratégias do Estado de Segurança Nacional.(Alves, p. 61)

Outro elemento importante dos mecanismos de repressão foi a criação do SNI-Serviço Nacional de Informações, na consolidação jurídica do Novo Estado. Era, na prática, a aplicação legal da Doutrina de Segurança Nacional. O SNI se tornou um poderoso instrumento de intimidação da população. Possuía poderes que, na prática, ultrapassavam os poderes do Executivo. Criado através do Decreto-lei No. 4.341, de junho de 1964, visava assessorar o Presidente da República, dando-lhe informações sobre o país, no sentido de

orientar as ações do presidente. Castelo define o SNI como um órgão de assessoria, dentro do respeito aos direitos coletivos e individuais dos cidadãos. Afirmava que o SNI, no exercício de suas funções "não seria uma polícia secreta", mas tão-somente um órgão de informação. A esse respeito Maria Helena acrescenta que "qualquer que tenham sido as intenções iniciais, a dinâmica e a busca de segurança absoluta efetivamente transformaram o SNI numa agência de espionagem dos cidadãos, numa situação em que se verificava impossível isolar o "inimigo interno", todos eram suspeitos". (Alves, p. 72).

Uma vez estabelecidas as bases legais do Novo Estado, a aplicação dos princípios da Doutrina de Segurança Nacional foi implacável, no sentido da eliminação do "inimigo interno". Este estava bem instalado no interior dos movimentos sociais, na visão dos líderes militares da linha-dura. Estudantes, sindicalistas, intelectuais, trabalhadores rurais foram os mais visados, na aplicação dos mecanismos de repressão. Maria Helena nos informa que "a "operação limpeza" conseguiu promover o afastamento de grande número de militantes sindicais. Uma vez afastados os cargos vagos eram ocupados por líderes comprometidos com o governo. A operação saneadora dos órgãos de repressão afastaram membros de 452 sindicatos, 43 federações e 3 confederações. Foram realizadas intervenções brancas em 3 sindicatos, cancelamento de eleições sindicais e a extinção total de um sindicato. (cf. Alves, p.60 a 70).

O movimento estudantil foi seriamente afetado através da Lei Suplicy. Os Órgãos de segurança foram implacáveis na perseguição, prisão e tortura dos líderes estudantis. No entanto, para Maria Helena, a repressão não foi eficaz no sentido de calar a voz do movimento estudantil, pelo contrário, "a extinção arbitrária da UNE e a promulgação de legislação destinada a controlar os estudantes determinou (...) o ressurgimento da oposição dentro do movimento estudantil, apesar da repressão". (Alves, p. 68). Também foram vítimas da repressão os trabalhadores rurais, em especial, os membros e líderes das ligas camponesas. Para os órgãos de segurança as ligas estavam dominadas por comunistas e tinham que ser aniquiladas. No conjunto as medidas de repressão, aplicadas através dos mecanismos "legas", evoluíram no controle dos focos de oposição às medidas arbitrárias do governo. Só assim, acreditavam eles, poderiam aplicar as medidas saneadoras da nação e promover o desenvolvimento econômico brasileiro.

Maria Helena nos informa acerca da proposta de estruturação do Novo Estado, como desejavam os líderes militares no poder. Aponta 3 fatores principais na construção desse Estado; 1. a criação do SNI, para conter as vozes opositoras do regime; as propostas do PAEG, seriam o ponto 2 da proposta. Finalmente o 3o. ítem seria as diretrizes traçadas para o controle da política salarial. A criação do SNI, como analisamos anteriormente, teve a sua eficácia comprovada na intimidação da população, como também pela importância que adquiriu, inclusive na indicação dos sucessores da Presidência da República. Foi eficaz também, na definição dos candidatos aptos para concorrerem aos governos estaduais e nos municípios considerados estratégicos para a segurança nacional. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) será a tentativa de fazer calar a oposição com índices de crescimento econômico. Assim a reforma administrativa de Castelo faz surgir o Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica, na coordenação e aplicação das doutrinas econômicas do Novo Estado. Pela composição da equipe econômica do governo, fica evidenciado a mudança da orientação política, no sentido da internacionalização da economia brasileira e de submissão aos interesses do grande capital. A equipe era composta por Octávio Gouvea de Bullhões, Ministro da Fazenda, formado pela Escola de Chicago e o Ministro do Planejamento Roberto Campos de Oliveira, ligado a empresas multinacionais norte-americanas. Foi definido que a prioridade no período de 1964 a 1966, seria o combate à inflação, utilizando para tanto, severa política de crédito, para o setor privado; redução do déficit governamental; controle dos salários e incentivos aos investimentos estrangeiros. Maria Helena acrescenta que o resultado das ações do PAEG foi uma forte concentração de capitais nas empresas mais eficientes e a penetração maciça de capital multinacional. Com isso, muitas empresas de médio e pequeno porte, foram à falência e incorporadas ao patrimônio das grandes empresas estrangeiras. (cf. Alves, p. 74 a 76).

Um outro importante fator na reestruturação econômica do Novo Estado foi a política de controle salarial. Para que fosse eficaz era necessário o apoio de uma legislação específica, no sentido de controlar as greves e os reajustes salariais e tornar atraente, internamente, os investimentos estrangeiros. Nesse sentido o governo fez aprovar a Lei No. 4.330, em 10. de junho de 1964, instrumento necessário para anular direitos consagrados na Constituição de 1946, especialmente no tocante ao direito de greve dos trabalhadores. A lei

em questão se constituiu em emenda à Constituição de 46, permitindo que greves fossem proibidas entre os funcionários públicos, na esfera federal, estadual e municipal. Também no tocante às empresas estatais e nos serviços considerados "essenciais". Ficavam proibidas também greves de solidariedade, de natureza política, social e religiosa. Com uma legislação tão abrangente era quase impossível realizar greves de qualquer natureza. O Decreto-Lei No. 54.018, de julho de 1964, estabeleceu a fórmula para o cálculo do reajuste automático dos salários. Fórmula complicada e de difícil controle de aplicação. Na prática a legislação salarial serviu para promover um verdadeiro arrocho salarial, sem precedentes na história do Brasil, através da substimação do resíduo inflacionário e do aumento da produtividade, segundo analisou Maria Helena. (cf. Alves, p. 76 a 78).

Um outro instrumento de intimidação e subtração de ganhos e benefícios dos trabalhadores foi a criação do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em setembro de 1966. O sistema anterior pouco atraente para os investidores estrangeiros, pois oferecia pouca mobilidade no processo de captação de mão-de-obra e na otimização dos custos de remuneração dos salários, na visão de Maria Helena. Dentre outras vantagens o sistema anterior oferecia a "estabilidade" no emprego, aos trabalhadores que permanecesse mais de 10 anos no posto de trabalho. A implantação do FGTS ofereceu garantia de lucros aos investimentos estrangeiros, pois eliminava os custos de indenização dos trabalhadores demitidos. Por outro lado a indexação controlada dos salários fazia surgir um mercado de mão-de-obra barata e acessível às empresas aqui instaladas. Havia também programas governamentais de incentivos à empresas estrangeiras que, acrescidos aos benefícios do FGTS e do controle dos salários, davam grandes margens de lucro, aos investimentos estrangeiros, na visão de Maria Helena. (cf. Alves, p. 99). Ainda em relação às perdas salariais Maria Helena informa que os estudos do DIESSE apontam significativas perdas dos trabalhadores. Segundo o estudo o salário mínimo comprava em 1964 apenas 42% do que podia comprar em 1959. Em 1976 comprava apenas 31%. As perdas alcançaram o índice de 26% no biênio 67/68 , caindo depois para 21% em 68/69 e 17% em 69/70. (cf. Alves, p. 113). As medidas para garantir os benefícios do grande capital internacional foram consagrados na Constituição de 1967. O Título III impede que os Estados nacionalise empresas estrangeiras, sob sua jurisdição ou controlem as atividades das corporações multinacionais. O Artigo 157 proibi greve nos serviços públicos e em atividades essenciais.

No Artigo 158 é introduzido o sistema do FGTS. A Constituição também reduz a idade mínima dos trabalhadores para 12 anos, reduzindo os custos de remuneração do trabalho. (cf. Alves, p. 106 a 108). A situação dos trabalhadores vai se agravar a ponto de permitir a aglutinação da oposição contra o governo militar. Este, cada dia mais, vai sendo afastado das promessas iniciais de retorno à democracia, até consagrar definitivamente o arbítrio, com o fechamento, por tempo indeterminado, do Congresso Nacional.

A análise acerca da presença dos militares na política brasileira, pós 64, pode ser vista pela ausência de planejamento prévio, das estratégias a serem desenvolvidas pelo governo militar. Esse fato é confirmado pelos "jovens oficiais" entrevistados por Celina. Estes concordam que os líderes militares divergiam entre si acerca dos rumos da "revolução". De um lado haviam os militares moderados, que desejavam o retorno à ordem democrática, favoráveis às medidas liberalizantes do regime. Do outro lado estavam os militares de linha-dura, defensores de medidas radicais de fechamento dos espaços de participação política. Os "jovens oficiais" apontam, inclusive, que a escolha de Castelo Branco foi apoiada por políticos moderados, convencidos de que era a alternativa mais comprometida com a volta à normalidade. Os militares de linha-dura, em várias ocasiões, mostraram que estavam dispostos a levar a cabo os princípios da Doutrina de Segurança Nacional, especialmente no tocante ao combate ao "inimigo interno". Assim as eleições de 1965 deveriam ser cancelada porque representavam ameaça aos princípios da referida doutrina. A vitória da oposição, em pontos-chaves da política brasileira, Guanabara e Minas Gerais, foi vista pelos militares como grande ameaça ao regime. Castelo opta pela manutenção das eleições e sinaliza em relação ao fim da "operação limpeza" e dos IPMs. Maria Helena ressalta que as propostas liberalizantes de Castelo, levariam a coalizão civil-militar a ser vista como "salvadora das instituições democráticas". (cf. Alves, p.80). No entanto, o fato do governo ter acenado no sentido da liberalização, acabou conduzindo a oposição a transformar o pleito eleitoral em oportunidade de manifestar o descontentamento com a política governista. As eleições de 1965 adquiriram um contorno de plebiscito. A resposta do governo veio através da edição do AI No. 2, que consagra a supremacia dos militares de linha-dura e encerra mais um momento de liberalização do regime. (cf. Alves, p. 81 a 84) Este momento é visto por Maria Helena como o rompimento definitivo da aliança civil-militar. Representa também a grande contradição do modelo político militar: a manutenção

dos mecanismos de segurança interna eram incompatíveis com a busca de institucionalização do Estado, em base de aprovação popular. (cf. Alves, p. 95). A edição do AI No. 2, foi a tentativa de buscar a segurança absoluta, com o fim de garantir a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional. A contradição fundamental do regime está presente também na Constituição de 1967. A carta consagra as práticas contidas nos Atos Institucionais, especialmente no tocante aos poderes extraordinários do Presidente da República, contudo, a necessidade de manter o mínimo de legitimidade política do governo, favoreceu o princípio da imunidade parlamentar. Essa abertura constitucional permitiu aos parlamentares de oposição pressionarem o governo, denunciando as arbitrariedades cometidas pelos órgãos de segurança. Os movimentos organizados puderam também realizar passeatas e protestos, embora isolados entre si. Os estudantes saíram na frente nas manifestações contra o governo e as condições do ensino. Protestavam contra o acordo MEC/USAID; em favor da melhoria da comida do restaurante do Calabouço, etc. A morte do estudante Edson Luis, de 16 anos, no Rio de Janeiro, causa grande indignação na população. A missa fúnebre, na Igreja Católica da Candelária, no dia 4 de abril de 1968, foi marcada pela violência policial. Neste episódio o movimento estudantil foi fortalecido pela adesão de representantes da igreja. (cf. Alves, p. 115 a 119).

O movimento sindical também sofria as restrições impostas pelo programa de "renovação sindical" do Ministério do Trabalho. Este programa criou sindicatos controlados pelo governo, dentro de um esquema corporativista, que envolvia sindicatos locais, federações e confederações. Eram criados também "sindicatos-fantasmas", com o fim de manipular eleições sindicais. As lideranças sindicais, participantes do esquema corporativista, eram contemplados com cursos de formação sindical. Maria Helena ressalta que o programa de "renovação sindical" acabou estimulando a criação de "oposição sindical", no sentido de combater, através de eleições, a ação dos diretores corporativistas. Cita como exemplo as eleições do Sindicatos dos Metalúrgicos de Contagem, Minas Gerais, em 1967. A chapa da "oposição sindical" sai vitoriosa, não obstante o fato do líder da chapa, Enio Silveira, ter seu nome vetado pela Delegacia Regional do Trabalho. Ressalta ainda que esse movimento criou o clima de organização favorável ao movimento grevista de abril de 1968. (cf. Alves, p. 119 a 121).

Em Osasco, Maria Helena menciona o fato do corporativismo sindical ter sido combatido pelos trabalhadores com o auxílio de militantes da Igreja Católica. Os integrantes da Pastoral dos Trabalhadores despertaram a consciência dos trabalhadores, de acordo com o pensamento social da Igreja. Em consequência desse fato surgiram as comissões de fábricas, sendo a primeira dela criadas na Cobrasma, reconhecida, inclusive, pela empresa, em 1965. A organização sindical adquiriu importância nacional com a criação do Movimento Intersindical Antearrocho (MIA), de vida curta, mas significativa, para o movimento sindical de oposição. (cf. Alves, p. 132). Mais uma vez funciona a dinâmica que combina liberalização e repressão, por parte do governo militar. Diante do quadro de crescimento do movimento sindical reivindicatório o governo acena com medidas de alívio, através do Decreto-Lei 5.451. Este estende a todos os trabalhadores do país o abono de emergência de 10%. Por outro lado amplia o limite de permanência da "lei do arrocho salarial" por mais 3 anos. Esta estratégia é vista por Maria Helena na perspectiva da dialética Estado/oposição: "período de liberalização combinavam-se a uma repressão seletiva e a reajuste no modelo econômico". (Alves, p. 124).

Na perspectiva da classe política e das ações parlamentares Maria Helena registra a decepção, por parte de líderes e parlamentares, em relação aos atos autoritários do governo. Importantes aliados do governo, tais como Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, passam fazer pesadas críticas ao governo. Em 1965, protestam publicamente contra o esvaziamento do Congresso, do Judiciário e das atividades políticas. Em 1967 organizam a Frente Ampla, com o apoio de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Estabeleceram um acordo formal de oposição aos militares no poder, conhecido com o Pacto de Montevideu. Os objetivos do acordo eram a redemocratização do país, o fim do arrocho salarial e a realização de eleições livres, em todos os níveis. A Frente Ampla foi acolhida com entusiasmo por estudantes, sindicalistas, intelectuais e setores da opinião pública. (cf. Alves, p. 126/127). O movimento social de oposição se tornam cada vez mais forte e unificada. Estudantes, sindicalistas, Igreja Católica e a Frente Ampla pressionaram o governo pela volta à ordem democrática. A reação do governo foi a proibição da Frente Ampla, em abril de 1968. Não era mais permitido quaisquer atividades relacionadas à Frente Ampla. Foram proibidos comícios, reuniões, passeatas, além de material de propaganda em forma de livro, revista, jornal, etc. Em mais outra ocasião o governo aplica a dinâmica liberalização/repressão. O

governo tenta, por decreto eliminar setores "antagônicos" da oposição ao mesmo tempo em que se empenha em discutir com a oposição uma possível reforma constitucional. A grande contradição do regime, segundo Maria Helena, está no fato de que os Objetivos Nacionais Permanentes, referentes à democracia, consagrados na Carta Constitucional, estarem em situação oposta às exigências da Segurança Interna, perseguida pelos militares no poder. (cf. Alves, p. 128). A situação social se estende até a esfera do legislativo, obrigando os parlamentares a se posicionarem contra o governo. Apoiados no direito constitucional de imunidade parlamentar os políticos do MDB, pressionam o governo. A repercussão dessa oposição se amplia com o discurso do Deputado Márcio Moreira Alves, da Guanabara, instando a população a boicotar as comemorações do 7 de setembro. A resposta do governo foi o pedido de licença ao Congresso para processar o deputado, por ofensa a honra e dignidade das Forças Armadas. O Congresso responde com a negação do pedido: 216 deputados votaram contra e 141 a favor do pedido do governo. A diferença de 75 votos evidenciava que parlamentares da ARENA votaram contra a orientação do partido. O governo responde com mais repressão e intimidação, publicando o AI No. 5. O congresso é fechado por tempo indeterminado. Suspensas as garantias constitucionais e individuais. Os órgãos de repressão intensificam as prisões e perseguições aos opositores do regime. O AI No. 5 representa o fechamento definitivo do ciclo de intenções liberalizantes do governo. (Alves, p. 130/131).

Editado em 13 de dezembro de 1968, o AI No. 5 consagra o predomínio do Executivo, conferindo-lhe os poderes de : fechar o Congresso Nacional; suspender as atividades das Assembléia Legislativa; caçar os mandatos eletivos em todas as instâncias; suspender por 10 anos direitos políticos; demitir; remover; aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários federais, estaduais e municipais; estabelecer estado de sítio; confiscar bens; suspender "habeas corpus"; legislar por decreto. etc. (cf. Alvers, p. 131). Com base neste Ato Institucional o governo militar puniu 1.697 pessoas, dentre eles burocratas, militares, políticos, professores, arquitetos, advogados, engenheiros e membros do Judiciário. Maria Helena informa que nos dez anos de vigência do AI No. 5 foram caçados 113 deputados federais, 190 deputados estaduais, 38 vereadores e 30 prefeitos. A vida política nacional foi marcada pela luta armada, pelo aumento do aparato de repressão, que resultou no silêncio,

medo, confusão e desânimo. (cf. Alves, p. 135 a 137). Dai por diante os rumos dos acontecimentos vão depender da ação da Igreja Católica, segundo Maria Helena.

O período seguinte de 1969 a 1974, estará sob o controle de Emílio Garrastazu Médici, indicado pela Junta Militar para substituir Costa e Silva. A repressão vai ganhar mais força do governo militar, enquanto a política econômica vai tentar calar a oposição com resultados econômicos, através do I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Com esse plano o governo vai investir maciçamente em obras de infra-estrutura, para fomentar o crescimento econômico. As áreas prioritárias são siderurgia, petroquímica, transporte energia. O entusiasmo governamental ficou conhecido por "Milagre Brasileiro". Em contrapartida o governo mantinha o arrocho salarial e o controle da sociedade, através da censura aos meios de comunicação, repressão policial, etc. O fracasso da política econômica, no governo Geisel, e a mobilização da oposição forçaram o governo a promover a "abertura política" e a redemocratização do país.

O período contemplado neste trabalho se situa no contexto dos primeiros governos militares: Castelo, Costa e Silva e Médici. Refletir sobre a história fluminense, nesse momento, requer um esforço no sentido de inserir a participação de Geremias Fontes, nesse processo contraditório da vida nacional. As perspectivas metodológicas de Maria Helena muito nos auxilia no sentido de observar que as contradições básicas do governo militar, bem como a construção do projeto autoritário para o Brasil, foram elaborados de forma gradativa, através do jogo de interesse político, que polariza governo e oposição, na dialética Estado/oposição. A participação de Geremias, bem como seu afastamento, devem ser vistos no contexto das crises que acompanham os governos militares do período. Necessário se faz debruçar sobre os acontecimentos que levaram Geremias a se aproximar dos governos militares, para cooperar com o projeto de desenvolvimento do Brasil e em particular do Estado do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO IV. GEREMIAS E OS MILITARES

A aproximação de Geremias dos militares no poder será analisada a partir de seu depoimento, concedido ao MEMOR e das elucidativas informações prestadas por Zeyr de Souza Porto, seu fiel amigo e correligionário. Este nos concedeu uma entrevista com o fim de fornecer detalhes sobre a indicação de Geremias, para o governo estadual, bem como, sobre seu mandato. Zeyr é também gonçalense, nascido no mesmo distrito de Geremias, em 25 de janeiro de 1929, um ano mais velho. Foi vice-prefeito de São Gonçalo no período de 1973 a 1975. Assumiu a prefeitura em 1975, com o afastamento de Joaquim Lavoura, por motivo de enfermidade, que o vitimou fatalmente. Zeyr conduziu a prefeitura até o final do mandato em 31 de janeiro de 1977. Foi deputado estadual por quatro legislaturas, no período de 1958 a 1986.(Silva, p. 105 e 106). Companheiro inseparável de Geremias, compartilhou dos momentos mais expressivos da política fluminense. Nos informa que integrava o PDC-Partido Democrata Cristão, juntamente com os gonçalenses Joaquim Lavoura, Osmar Leitão Rosa , Hairson Monteiro e Geremias. O partido seguia a orientação da Igreja Católica, em especial, as recomendações da encíclica Rerum Novarum, de Leão XIII, editada em 1891. Ressalta que “a linha do PDC sempre foi de centro esquerda (...) não podia se afastar dos ditames da encíclica Rerum Novarum” Informou-nos que a filiação à ARENA foi um decisão coletiva do partido. Segundo ele “não tínhamos mais do que duas opções (...) o nosso grupo resolveu ficar na ARENA, como poderia Ter ficado no MDB”. Zeyr deixa entrever, contudo, que haviam profundas divergências entre os parlamentares, por ocasião da tomada de decisão imposta pelo bipartidarismo. Essas divergências diziam respeito aos binômios “nacionalista/não nacionalista”, “esquerda/direita”. “patrióta/não patrióta”. Zeyr inclui ainda a discussão em torno da presença do capital estrangeiro, na vida brasileira e o papel por ele desempenhado. Ressalta que os políticos inclinados para o

MDB se proclamavam progressistas, porque eram contra o capital estrangeiro, enquanto os partidários da ARENA eram favoráveis à presença do capital estrangeiro. Estes acreditavam que ia beneficiar a economia brasileira. Os binômios apresentados foram por ele definidos como “terminologias dispersas”. Acrescenta ainda que “havia pressão de cima para ingressar em um dos dois partidos”. Nesse sentido Skidmore esclarece que a estratégia do governo com o AI No 2 era “tornar mais difícil qualquer vitória eleitoral da oposição” (Skidmore, p. 24). A narrativa acima evidencia que os integrantes do PDC, dentre eles Geremias, optaram pela ARENA porque acreditavam que os militares podiam legar à cabo, um projeto “nacionalista” para o Brasil, que incluía a participação do capital estrangeiro. O que fundamenta, portanto, a opção pela participação no governo era o projeto “nacionalista” e a visão positiva da participação do capital estrangeiro. O MDB também postulava um projeto “nacionalista” mas era veemente contra a participação do capital estrangeiro, segundo Zeyr.

O período que vai da implantação do AI No.2, em 27 de outubro de 1965, até 25 de maio, quando a convenção da ARENA homologa Costa e Silva para a presidência da República, é definido por Skidmore como de uma crise interna do governo. Essa crise contrapunha os moderados, liderados por Castelo, contra os militares de linha dura, sob o comando de Costa e Silva. Estes, segundo Skidmore, eram “extremamente autoritários (...) não acreditavam que o Brasil pudesse, a curto prazo, alcançar o crescimento econômico com um sistema aberto”. (Skidmore, p. 26). Foi no meio dessa crise que o nome de Geremias é cogitado para o governo fluminense. A nível regional a crise envolvia duas lideranças expressivas: Paulo Torres, governador do Estado e Raimundo Padilha. Segundo Zeyr, estes possuíam “personalidades” muito distintas. Nos informa que Paulo Torres era marechal do exército, muito prestigiado por Castelo, Naquele momento, contudo, manifestou a Zeyr, descontentamento com a postura de Castelo. Declarou que sendo ele “um homem de 70 anos e que saltava de para-quedas, não podia Ter medo de nada, nem das bravatas de meu fraternal amigo Presidente da República Castelo Branco”. Naquele momento Castelo queria impor o nome de Raimundo Padilha para o governo estadual. Este foi definido por Zeyr como um homem de muita cultura e grande oratória. Informa ainda que a opção por Geremias se deu pelo fato de que era o “veículo de comunicação” entre o governo federal e o estadual, na condição de presidente da ARENA Fluminense. A eleição

de Geremias foi realizada na Assembléia Legislativa, sendo o voto nominal. Os parlamentares sabiam que “ sua manifestação (voto) estava sendo fiscalizada, policiada pela própria revolução O MDB não apresentou candidato, segundo Zeyr.

Os atos seguintes do governo vão caracterizar o que Maria Helena denominou de “liberalização/repressão”, na perspectiva da construção do Estado de Segurança Nacional, a partir da dialética Estado/oposição, conforme apresentamos no capítulo anterior. Em 1968 a situação era crítica. Skidmore analisa o momento nos seguintes termos: “ as classes produtoras estavam apreensivas, os estudantes insubmissos, o clero rebelde, os políticos desmoralizados e os militares frustrados. Todos sentiam que algo devia mudar, e mudar antes que o quadro de equívocos degenerasse em dramas de proporções maiores” . (Skidmore, p. 31). Em seu depoimento ao MEMOR Geremias fala do constrangimento que lhe causava as ações da polícia contra os estudantes. Certamente vinham-lhe lembranças de seus tempos de militância política, na Associação Gonçalense de Estudantes. Afinal, eram tempos de puro idealismo e crença na eficácia da democracia. Em 1969 entra em cena o Governo Médici, em 30 de outubro, para impor o arbítrio, com crescimento econômico e repressão. Nos anos de 1969 e 1970 Geremias conheceu a face mais dura do governo militar: o aniquilamento físico dos opositores do regime, dentre eles Carlos Lamarca e Marighella. A atuação firme da Igreja Católica, através da ala progressista, da CNBB e dos organismos católicos internacionais, será a esperança de tempos melhores, no dizer de Maria Helena. (Alves, p. 137). Zeyr menciona também o ressentimento dos parlamentares fluminenses pelo fato do governo Ter suspenso o funcionamento do Legislativo Fluminense, perseguindo e cassado os direitos políticos de vários parlamentares, dentre eles, Raul de Oliveira Rodrigues, de Saquarema. Assim Zeyr declara que a decisão de Geremias de deixar a política, não causou surpresa aos seus correligionários, devido à situação de desânimo, da classe política e desencanto com os rumos políticos traçados pelos militares no poder.

Os depoimentos de Geremias e Zeyr são esclarecedores no sentido de confirmar os pressupostos teóricos de Maria Helena, acerca do processo de construção do Estado de Segurança Nacional: a dialética Estado/oposição. Dentro dessa perspectiva podemos concluir que, a inserção de Geremias, no projeto desenvolvimentista dos militares, se dá, levando-se em conta, dois fatores: 1o. a crença na possibilidade dos militares realizarem um

projeto “nacionalista” de desenvolvimento econômico para o Brasil; 2º a certeza de que a intervenção militar na política, seria passageira e que logo a situação estaria resolvida, com a devolução do poder à classe política. No primeiro caso o “crédito” dado aos militares resultou na filiação a ARENA, mesmo tendo Geremias abdicado de seus princípios, valores e ideários democráticos. No 2º caso, muitos fatos contribuíram para a crença no retorno à democracia, especialmente no Governo Castelo. Nesse sentido aponta o fato de que as medidas de exceção do AI No.2 estarem em vigor até o final do mandato de Castelo, em 15 de março de 1967, indicando que os militares moderados desejavam a volta do poder civil. No entanto, Skidmore acrescenta que a ascensão de Costa e Silva consagrou a vitória definitiva dos militares de linha dura e o fechamento político do governo. (Skidmore, p. 26 e 27). O conflito que envolveu os militares moderados e os de linha dura levou o General Golbery a proclamar a célebre frase: “os escravos não fazem bons combatentes”. (Alves, p, 95). Por outro lado a decisão de Geremias de se afastar da vida pública levou em conta, o que anteriormente teria sido um ato de abstenção, em favor de um projeto maior: a consolidação do projeto de desenvolvimento “nacionalista” para o Brasil. Me refiro aos princípios, valores e ideários democráticos de Geremias, construído ao longo de sua trajetória política, conforme mencionamos no capítulo II. Ao final de seu governo, tinha do que se orgulhar. Sua contribuição foi expressiva, para o projeto desenvolvimentista dos militares. Em seu discurso de transferência de cargo menciona, o fato de Ter realizado importantes obras, no campo da saúde, transporte, energia, etc. Salienta, ainda, que as mais significativas estavam no campo da educação. Nos capítulos V e VI estaremos analisando o saldo de suas obras, sendo que no campo educacional, objeto deste trabalho, alcançou índices de crescimento muito superiores aos obtidos em importantes estados da Federação. O número de alunos matriculados apresentou crescimento de 32,36%, no período de seu governo; o crescimento de profissionais de ensino (corpo docente) chegou a 31,08%, ambos no ensino primário.

O projeto econômico do governo federal vai ganhando impulso, com o Governo Médici, com os investimentos nos setores básicos da economia. Os altos índices de crescimento, nos primeiros anos da década de 70, ficaram conhecidos como o “milagre brasileiro”. A vida política, contudo, era deprimente. O Governo Médici, como vimos, recrudescer as perseguições políticas, empreendeu a censura aos veículos de comunicação,

torturas e mortes dos opositores do regime, etc. A economia ia bem, mas os custos sociais eram muito altos.

Em seu depoimento ao MEMOR Geremias fala de sua decisão de abandonar a política. Menciona problemas familiares, com o envolvimento de um de seus filhos com drogas, o que requeria sua atenção. A outra razão mencionada é o descontentamento com a política brasileira. Fala com tristeza da perseguição aos estudantes e aos militantes católicos. Menciona as novas exigências das campanhas eleitorais. A influência do poder econômico nas eleições, etc. Aquele componente do projeto “nacionalista”, o capital estrangeiro, realizou seu papel, com ofertas “ generosas” de créditos para o setor público. Talvez os desencantos de Geremias não se limitassem apenas aos rumos da política, mas também incluía a nova cara do projeto “ nacionalista” dos militares: a intervenção militar acabou por reforçar os laços de dependência do Brasil aos EUA. Geremias abandonou definitivamente a política e se refugiou na fé, no mais profundo enigma que envolve aqueles que escolhem um ministério espiritual, vivendo no anonimato, se deixando levar pelo espírito, vivendo da fé. (cf. Eclésia, p. 34 a 36). Sua decisão de deixar a política afetou, de alguma , a muitos. O que se ganhou e o que se perdeu só o tempo dirá. Este trabalho é um modesto esforço de repensar esse passado, não muito distante, no sentido de contribuir, de alguma forma, para dias melhores . Afinal a história é uma ciência do homem: nós construímos a história!. Paul Veyne ressalta que “ os homens nascem, crescem e morrem, mas somente a história pode ensinar-nos as suas guerras, e os seus impérios: são cruéis e quotidianos, nem demasiado bons, nem demasiado maus” . (Veyne, p. 5).

Quando encerrou sua mandato de governador do Estado do Rio de Janeiro, em março de 1971, Geremias deu um adeus definitivo à vida pública. As razões dessa decisão são mencionadas em seu depoimento ao MEMOR/ICBEU. Cita primeiramente a influência do poder econômico nas eleições. Era um político forjado em outro tempo, onde, segundo nos afirma, as campanhas eleitorais eram financiadas pelos eleitores. Havia um livro de ouro, onde eram subscritos os nomes dos eleitores que voluntariamente traziam condições financeiras, para o partido. Naquele momento a situação era outra, totalmente diferente, o candidato precisava despender muitos recursos para fazer sua campanha e necessariamente caíria nas mãos de grandes empresários ou grupos financeiros poderosos. A outra razão diz respeito à vida familiar: um de seus filhos se

tornou viciado em drogas, o que motivou-o a se dedicar à família, em momento tão difícil. Em conversa franca com os pais o rapaz falou de outros colegas, de sua idade, também envolvidos com o vício. A vontade de ajudá-los tocou o coração do governador. Transformou a garagem de sua casa numa sala de atendimentos aos jovens viciados. No início era em Santa Rosa, Niterói, na Rua Duque Estrada, com a presença de 4 jovens, ampliada depois para até 130 jovens. Na Rua Miguelote Viana chegavam a se reunir até 180 jovens. Mudando sua residência para a Rua Alexandre Moura passou a receber até 300 jovens, necessitando de ajuda espiritual. Atualmente os trabalhos são realizados em vários locais tendo como a sede a propriedade de Marambaia, em São Gonçalo.

Assim nos relata o surgimento da Comunidade S8, de forma não programada em 22 de setembro de 1971. As desilusões com os rumos da política, nos anos 70, aliada aos problemas familiares são portanto, as razões do afastamento do mais ilustre gonçalense do cenário da vida pública. Hoje, Geremias vive uma vida simples, dedicada a família e a religião, embora não tenha deixado de ser referência para os políticos gonçalenses, especialmente ao chamado “Grupo Lavoura”, do qual ainda é membro honorário.

Recentemente Geremias atendeu o convite do Governador Antony Garotinho, para dirigir a clínica Michele de Moraes, em Santa Cruz, Rio de Janeiro. “Trata-se do primeiro centro de recuperação para dependentes de drogas e alcoólatras mantido pelo poder público no país” . (Eclésia, p. 36). O nome da clínica é uma homenagem a uma jovem de Niterói morta por dependentes químicos.

CAPÍTULO V – AS REALIZAÇÕES

O sonho motivado pela visão de Eugênio Juste, passeando com seu Chevrolet 41 , finalmente se realizou e aquele menino pobre do Barracão se torna prefeito de São Gonçalo, para o mandato de 1958 a 1962. Geremias relembra alguma obras significativas: Instalação do Pronto Socorro com cerca de 5 ambulâncias, a desapropriação de um terreno para a construção imediata do cemitério São Gonçalo, onde foram enterradas as vítimas do incêndio do Grande Circo Americano, em Niterói, a duplicação da Via Sete Pontes: a construção da Fonte Luminosa, na Praça Estephânia de Carvalho, conhecida como Praça Zé Garoto. Relata com satisfação a presença de cerca de 15 mil pessoas na inauguração do referido chafariz. Relembra o bom relacionamento com a câmara de vereadores e dos poucos recursos da prefeitura. Fala do seu envolvimento pessoal no sentido de amenizar os sofrimentos do gonçalenses, atingidos pela grande enchente do ano de 1961. Como Deputado Federal falou sobre a luta pela criação do Porto de Neves, projeto não realizado; recorda, entre projetos frustrados - a criação de uma Universidade em São Gonçalo. Cita as poucas conquistas referentes à criação do conselho para tratar da poluição da Baía de Guanabara e a despoluição dos rios gonçalenses. Como governador do Estado resolveu os problemas financeiros moralizando o Departamento de Compra, acabando com as comissões oferecidas pelos fornecedores. Com a recuperação financeira do Estado pode pagar os salários atrasados dos servidores. As obras realizadas no município de São Gonçalo recorda a cobertura asfáltica da via Porto Velho, a construção do Centro de Saúde de Alcântara, do Portão do Rosa, Santa Izabel, várias escolas e o Viaduto de Alcântara. Pretendia construir no Fórum da cidade mas não encontrou terreno apropriado no 1º distrito. No âmbito do Estado do Rio criou o serviço médico

ambulante: 70 ambulâncias inicialmente, depois aumentou o número delas para 100, percorrendo o Estado com médicos e enfermeiros atendendo a população carente. A distribuição gratuita de remédios nos centros de saúde. A realização de visitas surpresas em centro médicos e delegacias para verificar a presença de profissionais e a qualidade dos serviços oferecidos à população. Na área agrícola realizou um levantamento das condições do solo a fim de dar subsídios aos agricultores da região. Fala da ampliação do presídio da rua São João, em Niterói, de onde foram espalhados as histórias folclóricas de advertências aos engenheiros e trabalhadores da obras, do alto da guarita . Contabiliza a construção de 4 mil salas de aula em todo o Estado, aproximadamente.

Nos informa que, em atenção aos municípios do interior realizou 33 visitas à cidade Campos, somente como exemplo. Cita a importância da ligação energética do Estado com o sistema de Furnas, que ligou Teresópolis, Friburgo e a Região Serrana à Região do Lagos e o Norte Fluminense. Falou de seu esforço no sentido da unificação administrativa das pequenas centrais elétricas do Estado, designando um diretor para cada uma delas. No campo da educação mencionou os recursos disponibilizado para o colégio Henrique Lage, que se tornou modelo de ensino profissionalizante do Estado. Na ocasião era diretor da escola o professor Álvaro Caetano. Lembrou o nome de Luíz Braz como excelente secretário de educação, citando os esforços na área cultural e artística, como os festivais de teatro, da canção , da poesia, realizados durante seu mandato de governador. Esses foram as realizadas ressaltadas por Geremias, nesse depoimento ao MEMOR/ICBEU.

Quanto ao projeto da Universidade em São Gonçalo, Zeyr nos informa que era um sonho antigo de Geremias, que, também Lavoura alimentava o mesmo sonho, em 1955, quando prefeito de São Gonçalo. Esclarece, contudo, que se tratava de uma Universidade Rural a ser implantada em uma fazenda, talvez em Engenho Novo, pertencente, anteriormente, ao Barão de São Gonçalo, e que se encontra, na atualidade, tombada pelo patrimônio histórico e em estado de abandono. Quanto às atuais instalações da UERJ, em São Gonçalo, que se pensava fazer parte do projeto de Geremias, referente à Universidade, de fato, se trata de um outro projeto: a construção de um grande estádio de futebol, com capacidade para 35 mil espectadores. Zeyr nos informa que conhecia o projeto, com detalhe, e que o mesmo não se concretizou por falta de recursos financeiros. Estes seriam

obtidos com a iniciativa privada. O conjunto das obras realizadas por Geremias foram transcritas, por Mônica Rocha Azevedo, em sua monografia denominada “ Escolhas e Escolas: lugar de política e paixões – UERJ – São Gonçalo, março de 2000.

CAPÍTULO VI - AS CONQUISTAS EDUCACIONAIS

Em seu discurso de transferência do cargo proferido em 15 de Março de 1971, Geremias Fontes Ressalta várias conquistas de seu governo, na área social, econômica, política, com destaque para as conquistas na área cultural. Informa ao seu sucessor o fato de deixar um saldo de 3.138 novas salas de aula construídas em seu governo. A realização de 565.512 matrículas de alunos somente no curso primário comum, equivalente hoje ao 1º ciclo do ensino fundamental (1ª a 4ª série). Este total equivale às matrículas do início do ano letivo de 1971. A nossa pesquisa tomou como base as matrículas realizadas no final do ano letivo 1966 e 1970.

No Ensino médio informa o total de 50.005 matrículas realizadas no ano de 1970. Consultando o SIPE (37) encontramos o total de 176.278 CR\$ gastos pela secretaria de Educação e Cultura no ano de 1970. (Tab.1). Esse dado representa cerca de 3 vezes mais os recursos destinados para pelo orçamento para o seu primeiro ano de mandato em 1967, equivalente a 55.299.754 CR\$. Tab 2. Analisando a tabela (2) podemos observar que, excluindo as despesas reservadas para a administração geral e encargos gerais a verba destinada à educação a cultura aparece em 3º lugar, acima dos valores destinados à Sec. Trabalho e Previdência e Ass. Social, Transporte e comunicação, habitação e serviços urbanos e saúde.

TABELA 1

Despesas realizadas pela Secretaria de Educação e Cultura do Antigo Estado do Rio.

Descrição	(Cr\$)	ano de 1970
• Despesas correntes	163.068	
• Custeio	147.141	
• Transferências correntes	15.917	
• Despesas de Capital	13.210	
• Investimentos	13.210	
• Transferência de Capital	—	
• Investimentos Financeiros	—	
TOTAL	176.278	

Fonte: SIPE - Sistema de Informação para o Planejamento Estadual -FIDERJ-
1976 p. 149
1977

TABELA 2

Orçamento Estadual - despesas fixadas para o ano de 1967

Descrição	(Cr\$)	ano de 1967
• Total Geral	334.562.973	
• Especificações:		
• Governo - Adm. Geral	77.859.437	
• Encargos Gerais	61.814.569	
• Recursos Nat. Agropecuários	8.679.732	
• Energia	3.147.669	
• Transp. Comunicações	29.244.771	
• Ind. Comércio	783.700	
• Educação e Cultura	55.299.764	
• Saúde	23.011.996	
• Trab. Previdência e Ass. Social	45.703.071	
• Mab. Serviços Urbanos	29.015.264	

Fonte : Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro ano de 1967 - p. 241

Analisando os dados relativos ao ensino primário comum, aqui privilegiado, em função da dificuldade de obtenção de informações devido ao fato de que, a fonte disponível, Anuário Estatístico do Brasil não apresentar os dados relativos ao ano de 1970, de forma a distinguir o desempenho das instituições públicas, nos seus níveis Federal, Estadual e Municipal, diferente dos dados apresentados relativos ao ano de 1966. Dessa

forma tornou-se inviável dimensionar o desempenho do governo de Geremias Fontes em relação aos outros Estados da Federação e, ainda, em relação à situação de seu governo por ocasião de início de seu mandato. Assim sendo, para o momento, estaremos analisando tão somente o desempenho do governo Geremias, no que diz respeito ao ensino primário comum. Assim analisaremos os seguinte ítems:

a. Unidades escolares: ao observarmos a tabela abaixo veremos que o Brasil alcançou a cifra de 127.355 escolas em todo o território nacional, incluindo as instituições públicas e privadas de ensino primário. Em 1970 este número passou para 146.136, equivalente a 18.781 novas escolas representando um aumento de 14,75%. O maior índice de crescimento foi obtido pelo Ceará, com 40,69% de crescimento. Em seguida vieram os Estados do Maranhão com 32,96%; São Paulo com 27,14% e Bahia com 24,76%.

TABELA 3

Ensino Primário - Unidades Escolares

U.F.	Total Geral			Escolas Estaduais		
	1966	1970	%	1966	1970	%
Rio de Janeiro	4.450	4.339 (-)	2,49	2.345	2.207 (-)	5,88
Bahia	11.170	13.933 (+)	24,73	2.507	2.312 (-)	7,78
Minas Gerais	16.505	16.136 (-)	2,28	9.153	5.107 (-)	44,20
São Paulo	18.161	19.565 (+)	7,73	15.822	16.897 (-)	6,36
Paraná	9.506	12.086 (+)	27,14	3.827	3.299 (-)	13,79
Santa Catarina	6.368	6.448 (+)	1,54	4.444	4.131 (-)	7,04
R. G. do Sul	13.934	14.922 (+)	7,09	5.677	3.347 (-)	41,04
Pará	2.936	3.368 (+)	14,71	1.472	1.506 (-)	2,26
Maranhão	3.795	5.046 (+)	32,96	326	525 (+)	37,90
Ceará	6.893	9.698 (+)	40,69	1.158	1.289 (+)	11,31
R.G. do Norte	3.293	5.446 (+)	18,49	1.222	1.198 (-)	16,64
Paraíba	4.596	8.885 (+)	16,55	1.056	1.014 (-)	3,98
Pernambuco	7.623	2.605 (+)	15,82	1.535	1.820 (+)	18,57
Alagoas	2.249	1.362 (+)	5,99	269	347 (+)	29,00
Guanabara	1.285			569	625 (+)	9,84
Brasil	127.355	146.136 (+)	14,75	59.399	54.450 (-)	8,33

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - ano 1968 - IBGE . 509/10 idem. Ano de 1972, p. 698/

Com relação ao Estado do Rio, notamos que apresenta crescimento negativo de (-) 2,49%, o que nos leva a supor que as políticas aqui implantadas causaram o fechamento de muitas escolas, especialmente as particulares, em função da repressão política, muito acentuada, no Rio de Janeiro.

Curiosamente, no âmbito das escolas estaduais, o quadro apresenta um decréscimo generalizado na maioria dos Estados pesquisados, sendo que de 15 Estados estudados apenas 5 apresentaram crescimento positivo, quais sejam Maranhão (37,90%), Ceará (11,31%), Pernambuco (18,57), Alagoas (29,00%) e Guanabara com 9,84%. O Estado que representou maior índice de crescimento negativo foi Minas Gerais com (-) 44,20%. O Estado do Rio de Janeiro apresentou um crescimento negativo de (-) 5,88%. A situação geral do Brasil é de (-) 8,33%, o equivalente a menos 4,949 escolas estaduais em todo o Brasil. Considerando a situação nacional o Estado do Rio de Janeiro contribuiu menos para o quadro geral, ou seja, seu desempenho foi inferior à média geral. A hipótese para o crescimento de Estados como o Maranhão, Alagoas e Pernambuco com altos índices de crescimento causa surpresa, o que nos leva a crer que políticas governamentais, a nível federal, foram implantadas com o fim de reverter a situação política de contestação à ordem militar. O fato de, no âmbito geral, o quadro de crescimento de unidades escolares públicas e privadas, demonstra que o crescimento geral está localizado fora da esfera pública, possivelmente do incentivo ao ensino privado. É o caso da Bahia, que apresenta um crescimento expressivo no número total de escolas e um decréscimo do número de escolas estaduais. Da mesma forma os Estados de S. Paulo, Paraná, S. Catarina, R. G. do Sul, Pará, R. G. do Norte, e Paraíba. Faltam os dados referentes ao Estado de M. Gerais. Por outro lado os Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas, apresentam crescimento total e a nível do Estado. O Estado da Guanabara apresenta acréscimo no total e a nível estadual. No Estado do Rio de Janeiro o quadro é de decréscimo no quadro geral e a nível estadual. Assim, como considerar o crescimento apontado pelo Geremias em seu discurso de transferência de cargo? 1º) o acréscimo de 3.138 novas salas de aula não representa o aumento de novas escolas, e sim, o aumento da capacidade de absorção de novos alunos. 2º) como consequência do primeiro fator, o aumento significativo de nº de matrículas, que veremos a seguir.

b. Matrícula geral de alunos: a tabela 4 registra o movimento de matrículas de alunos no início do ano letivo, comparando dados dos principais Estados da União. Podemos observar, de imediato, que com a construção de novas salas de aula, o governo Geremias Fontes foi capaz de ampliar o número de matrículas na rede estadual em 32,35%. Foi um total de 466.361 alunos matriculados contra 352.344 apresentado em 1966. Isso equivale ao total de 114.017 novos alunos incluídos no período. Comparando-se ao dados obtidos pelo nº de novas salas construídas obtivemos 36,33 alunos por sala de aula, perfeitamente compatível com os dados apresentados pelo Governador. Neste sentido o Governo Estadual apresenta um aumento de 32,36% no número de matrícula entre 1966 e 1970, muito superior ao índice apresentado pelo conjunto dos Estados da União, que foi apenas 10,10%. O crescimento obtido pelo Estado do Rio de Janeiro só foi superado pelo Estado da Bahia que alcançou a cifra de 39,88%. Em seguida aparece Pernambuco com 28,31% e Guanabara com 20,54%. Somente os Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul apresentam índices negativos.

No âmbito total das escolas públicas e privadas o aumento total dos Estados da União alcançou um crescimento de 19,79% inferior, portanto, ao índice alcançado pelo Estado do Rio de Janeiro de 25,56%, nos informando que o peso do investimento a nível estadual foi mais significativo que as outras esferas do ensino público e privado. O Estado do Rio de Janeiro cresceu 32,36% contra 25,56% do crescimento total. Caso semelhante é o do Estado da Bahia que apresenta crescimento total inferior ao crescimento dos investimentos estaduais. Contrariamente acontece com o Estado do Paraná que apresenta crescimento total superior ao crescimento estadual, uma diferença de 22,0%. No caso da Guanabara os dados se invertem. Os investimentos no Estado são superiores ao crescimento total. No caso de Minas Gerais é evidente que o crescimento total se dá fora da esfera estadual, possivelmente a nível da iniciativa privada. Esse dado é gritante no caso do Paraná e do Rio Grande do Sul onde o crescimento total é muito superior ao apresentado pelos governos estaduais.

Podemos concluir que os esforços do governo Geremias Fontes foram significativos, no atendimento dos estudantes primários, com ensino gratuito usando, para tanto, o número inferior de unidades escolares, e otimizando o atendimento das existentes, nesse caso, como obras de ampliação das unidades escolares do Estado.

O esforço despendido para a realização dessas metas de crescimento vai ser evidenciado na contratação de professores e demais profissionais de apoio, conforme demonstraremos a seguir, na Tabela 4

TABELA 4

Ensino Primário - Matrícula Geral início do ano

U.F.	total geral			Escolas estaduais	
	1966	1970	%	1966	1970
Rio de Janeiro	573.524	720.137	+ 25,56	352.344	466.361
Guanabara	484.292	561.712	+ 15,99	368.939	444.741
Bahia	606.194	812.145	+37,97	223.472	312.588
M. Gerais	1.782.063	1.850.949	+3,86	1.443.107	1.342.928
S. Paulo	2.052.724	2.245.592	+ 9,39	1.751.626	1.826.460
Paraná	724.072	973.110	+33,02	439.010	487.388
R. G. do Sul	989.297	1.146.214	+15,86	582.430	523.626
Pernambuco	543.376	662.124	+ 2,85	247.016	316.944
Brasil	10.695.391	12.812.029	+19,79	7.017.331	7.725.918

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - ano 1968 - p. 513/14 - IBGE idem, ano 1972, p. 703/4

C. Corpo docente: Ao observarmos a tabela 4 podemos verificar que o crescimento do número de profissionais da educação apresentou um crescimento de 16,39% a nível nacional, incluindo as escolas públicas e privadas. Confrontando esse dado com o número de profissionais contratados até o ano de 1970, vemos que o crescimento a nível estadual é significativamente superior ao apresentado a nível nacional. Foram 31,08% contra 16,39% diferença equivalente a 14,69%, ou seja, o Estado do Rio de Janeiro contratou no período quase o dobro da média nacional. A cifra em termos absoluto é de 4.200 novos profissionais no período estudado. Comparando-se com o crescimento total de profissionais no Estado observamos um desempenho inferior do Governo Estadual. Foram 31,08% contra 27,78% apresentados pelo crescimento total, incluídas as escolas públicas e particulares. Outro fato mencionado é o crescimento, a nível nacional, das escolas estaduais de 7,28%, o equivalente a 19.375 novos profissionais da educação. Podemos observar no crescimento de profissionais

a nível estadual que o Estado do Rio de Janeiro alcançou o maior índice de crescimento 31,08%, seguido apenas de Pernambuco com 27,52 e S. Catarina com 14,14. Ressaltando ainda que o Estado da Guanabara apresentou crescimento negativo a nível total, como também estadual, bem como , o Rio Grande do Sul que apresentou índice de crescimento negativo de (-) 36,69%.

Assim podemos concluir que no que diz respeito aos avanços obtidos pelo Governo Geremias Fontes, que foram expressivos, no tocante ao número de alunos matriculados, bem como, da contratação de novos profissionais de educação, isso sem ampliar o número de escolas estaduais, tão somente, otimizando uma utilização, através da construção de novas salas de aula.

TABELA 05

Ensino Primário

Corpo Docente

U.F.	total geral			Escolas Estaduais		
	1966	1970	%	1966	1970	%
Rio de Janeiro	20.891	26.696	+ 27,78	13.511	17.711	+ 31,08
Guanabara	22.537	21.924	(-) 2,72	17.876	17.028	(-) 4,98
Bahia	21.683	25.702	+ 18,54	9.019	10.352	+ 14,78
Minas Gerais	60.712	66.479	+ 9,50	49.977	50.158	+ 0,36
São Paulo	73.117	35.383	+ 9	63.201	70.881	+ 12,15
Paraná	28.637	36.438	+ 27,24	19.282	21.606	+ 12,05
Santa Catarina	14.935	17.441	+ 16,78	12.084	13.793	+ 14,14
R. G. do Sul	47.740	47.736	+ 0,008	31.166	22.800	(-)26,84
Pernambuco	17.438	20.518	+ 27,66	7.584	9.671	+ 27,52
Brasil		457.406	+ 16,39	266.101	285.476	+ 7,28

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - ano 1968 - p 511/2 – IBGE Ídem, ano 1972, p.701/2

CONCLUSÃO

O estudo da participação dos militares na vida política brasileira, pós 64, torna-se importante no sentido da definição dos rumos a serem seguidos, na evolução da vida política nacional. Nos parece que o quadro internacional da atualidade aponta no sentido de “ encruzilhadas” e requer definições de estratégias, que garantam as conquistas democráticas. Este quadro demonstra a necessidade de vigilância permanente, dos setores identificados com os valores e ideais democráticos: a construção democrática é um processo permanente devido a constantes ameaças do totalitarismo. As eleições de outubro de 1999, na Áustria, por exemplo, evidenciam que o perigo totalitarista está sempre presente, com a ascensão da extrema direita ao poder, liderada por Jorg Haider, do Partido da Liberdade, de inspiração nacional-socialista. Também as últimas eleições francesas levaram ao segundo turno a extrema direita, causando muitas preocupações na comunidade européia. Essa situação internacional não deixa de preocupar também os brasileiros, devido a possibilidade de expansão interna das idéias de extrema direita. Cabe, portanto, às instituições identificadas com os ideários democráticos, a defesa permanente das liberdades individuais e políticas, garantidas pela ordem democrática. No caso brasileiro, a experiência da participação militar na política, demonstrou que as instituições militares não são eficazes, como vimos, na manutenção da ordem democrática: eles ascenderam ao poder, em nome da defesa da democracia e acabaram por instaurar um ditadura militar. Cabe às instituições civis organizadas a manutenção da ordem democrática. No Brasil a participação da Igreja Católica torna-se fundamental, não apenas ela, mais os demais segmentos protestantes, devido a importância adquirida nos últimos anos.

As lições que podemos tirar da experiência brasileira pós 64, aqui estudadas são: lo. construir uma nação forte e estável, capaz de garantir o bem-estar de seus habitantes, em sua totalidade e o acesso aos bens necessários à vida, tem que Ter, como base, o respeito aos princípios da participação política: o império da lei. Ficou claro, no desenvolvimento deste trabalho, que abdicar dos direitos de cidadania, em prol de um projeto de desenvolvimento econômico, conduzido por uma elite, seja ela qual for, não conduz à estabilidade política, como também, não garante os resultados positivos do projeto. O que nos parece claro é que tal atitude acaba por reforçar os laços de dominação do homem pelo homem. Que o” paternalismo político”, em última instância, produz o indivíduo dependente, como salientou Golbery: “ os escravos não fazem bons combatentes”. (Alves, p. 95). Mais uma vez fica comprovada a tese de que a liberdade é um sentimento profundo do ser humano. O homem nasceu para ser livre, como afirmam os filósofos: a liberdade conduz à ação. 2º o fechamento dos espaços de participação política conduz os indivíduos à busca de novos espaços, onde possam realizar seus projetos, sonhos e ideais. Ao refletirmos sobre as três últimas décadas da história política do Brasil, concluímos que não somente Jeremias, mas uma multidão de indivíduos, homens e mulheres, se refugiaram na fé. Talvez isso explique porque o Brasil se tornou a esperança, para o catolicismo mundial. Somos o país onde mais cresce as religiões, não somente cristãs, como também orientais, tais como o Budismo, o Islamismo, o Hinduísmo e o Judaísmo. O Brasil é, na atualidade, a maior nação católica do mundo, com 140 milhões de seguidores. (História da Religiões, no, 2, p. 25). O fenômeno do protestantismo, aqui introduzido, com o Tratado de 1810, firmado do a Inglaterra, ganha novo impulso, com a chegada de missionários americanos, no século XIX. Dos EUA vieram Foutain Pitta, metodista e James Cooley Fletcher, presbiteriano. Em 1855 desembarca no Rio de Janeiro, no dia 10 de maio, Robert Reid Kallley, missionário e médico, acompanhado de sua esposa Sarah. Se tornaram, amigos do imperador Pedro II, lançando as bases permanentes do evangelismo protestante no Brasil. Daí por diante foram surgindo inúmeras igrejas, dando origem às principais denominações históricas do Brasil: Presbiteriana, Metodista, Batista, Assembléia de Deus, etc. As décadas de 70 e 80 marcam a grande expansão do protestantismo brasileiro, com o surgimento do movimento pentecostal . (c.f. Eclésia, no. 53, abril 2000,). O crescimento é expressivo : enquanto a população brasileira cresce 1,2% ao ano, o número de fiéis protestantes cresce

5,18%, no mesmo período. Somam hoje cerca de 25 milhões de fiéis. Se continuar apresentando o mesmo ritmo de crescimento, no meado do século XXI, será 50% da população.. Foi a partir da década de 1970 que surgiram as maiores igrejas pentecostal, tais como a Universal do Reino de Deus e Comunidade Sara a Nossa Terra, em 1977; em 1986 é fundada a Igreja Renascer em Cristo. Essas igrejas praticam um evangelismo agressivo, atraindo para si grande número de católicos e adeptos das religiões de origem africanas. Utilizam, em larga escala, programas de rádios e TV, alcançando toda a população. Estudar o fenômeno religioso no Brasil, pós 1970, é fundamental, para o entendimento das “ encruzilhadas” salientadas por Maria Celina. O futuro político do Brasil depende do fator religioso: de como as igrejas, de todos os credos, atuarão no cenário político, considerando-se sua expressão numéricas. Se constituiu num fator decisivo na definição de rumos da política brasileira, como apontava Maria Helena no período pós 68.(Alves, p.137). Torna-se imprescindível a participação desses grupos no sentido do fortalecimento da democracia brasileira. Que não sejam trincheiras, a proteger os fiéis do jogo político, mas, ao contrário, que sejam forças permanentes na solução das grandes questões nacionais, que incluem, o modelo econômico , as garantias individuais e políticas.

Do ponto de vista da educação é preciso que a escola seja o espaço, por excelência, do exercício da cidadania, para que as crianças, adolescentes e jovens sejam, de fato, plenos conhecedores de seus direitos e deveres de cidadãos. Só assim poderão participar efetivamente do processo de construção e manutenção da ordem democrática. Para tanto, é fundamental a garantia de participação do aluno no desenvolvimento das atividades escolares, colaborando na definição de metas educacionais, no planejamento das ações pedagógicas, na organização do espaço físico da escola, etc. O que vemos, de modo geral, é a consagração de um modelo de escola “ paternalista” e “ autoritária” , que inibe a participação e contribui, de maneira significativa, para a evasão escolar, o maior problema da política educacional brasileira. É preciso enfatizar que, sem participação efetiva dos indivíduos, no sentido das ações comunitárias, não haverá desenvolvimento educacional, nem tampouco, da sociedade como um todo. A história aponta para isso, como ficou evidenciado neste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder.Organização e tradução de Roberto Machado: Edição Graal, 1979.

CHÂTELET, Francois; DURHAMEL, Oliver; KROUGHNER, Evelyn Pisier. História da Idéias Políticas. Tradução de Carlos Neloson Coutinho: Jorge Zahar Editor, 1985.

SKIDMORE, Thomas E. , Brasil: de Castelo a Trancredo , 1964 –1985. Tradução de Mário Slaviano Silva; Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil, Petrópolis, /vozes, 1984.

ARAÚJO, Maria Celina D’; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Visões do Golpe: A memória militar sobre 1964. Editora Relume/Dumará,

VAYNE, Paul. Como se Escreve a História. Trad. De Antônio José da Silva Moreira, Lilsboa,: Edições 70, 1971.

SILVA, Salvador Mata e, Eles Nasceram em São Gonçalo, Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1995.

FERNANDES, Carlos; BRANDÃO, Francisco; GUILHERME, Jorge. Uma Saga de Fé. REVISTA ECLÉSIA, São Paulo, Abril, 2000, p. 18 a 47.

FERNANDES, Carlos. A Sombra da Suástica. REVISTA ECLÉSIA, São Paulo, março 2000, p.28 a 32.

----- Um “ tio “ no time do Garotinho. REVISTA ECLÉSIA, São Paulo, março 2000, p. 34 a 36.

HISTÓRIA DAS RELIGIÕES . O Protestantismo, São Paulo, fasc. No. 4, Editora Planeta do Brasil.

----- O Catolicismo Ortodoxo e Romano. Fasc. No. 2

FONTES, Geremias de Mattos, *Um Estado que Escolheu o Trabalho para Seu Governo.*
Discurso de transmissão de cargo proferido em 15 de março de 1971.

SIPE – Sistema de informação para o Planejamento Estadual. FIDERJ, 1976.